

11 de Maio 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 208
Director-Geral
Evaristo Mulaza



EMPRESA PREPARA ALTERAÇÃO DO NOME

Angorascom garante que vai operar

A empresa que ficou com a licença de exploração da telefonia móvel da Angola Telecom assegura que está a trabalhar para iniciar a actividade no mercado angolano. E precisa que não tem qualquer indicação do cancelamento do acordo com o Governo, sendo o único impedimento temporário as restrições impostas pela pandemia mundial. Pág. 11

ACUSA A EMPRESÁRIA

Ministério Público usou passaporte falso para pedir arrestos de bens de Isabel dos Santos

JUSTIÇA. Advogados da empresária tiveram acesso ao processo apenas em Abril e aperceberam-se que o Ministério Público usou um passaporte “grosseiramente falsificado como suposta pertença de Isabel dos Santos”. Entre os vários indícios de falsificação, consta uma assinatura do malogrado e mítico actor chinês Bruce Lee. Pág. 9

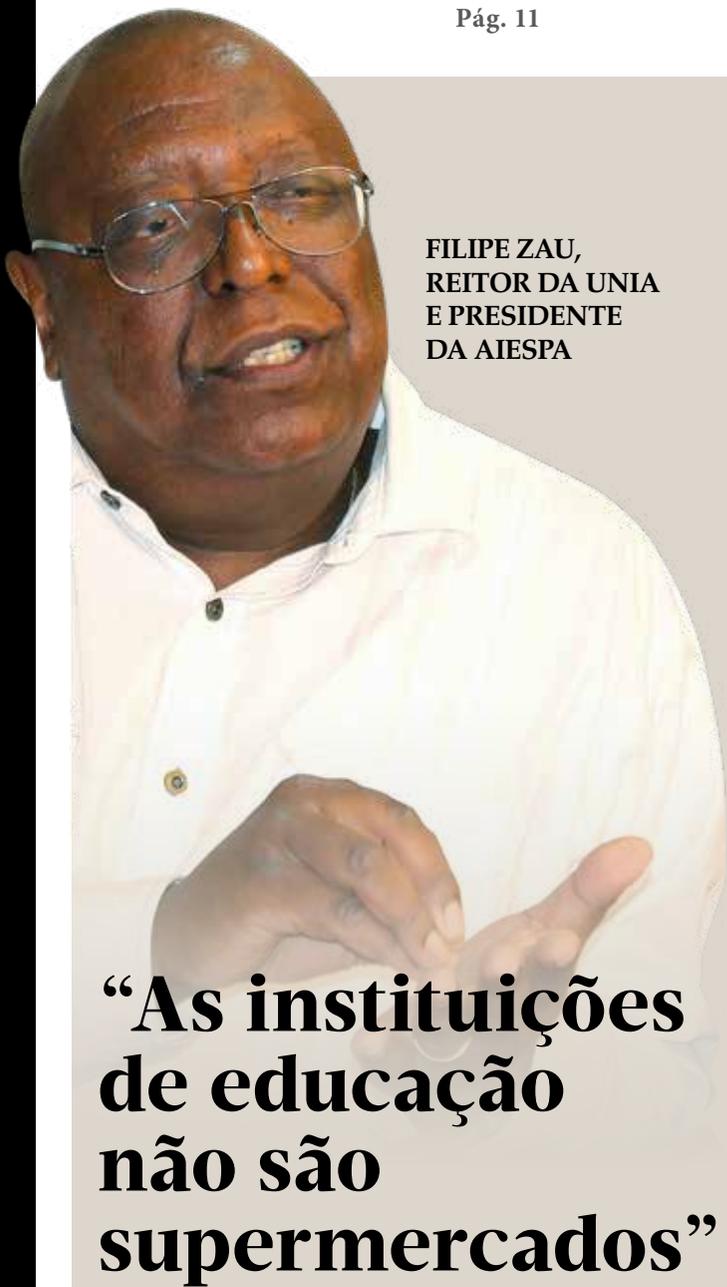


Cervejeiras explicam cortes no preço

Pág. 10

Pescangola perde 40 milhões kz/mês

Pág. 11



FILIPE ZAU,
REITOR DA UNIA
E PRESIDENTE
DA AIESPA

“As instituições de educação não são supermercados”

ENTREVISTA. Discorda da regulação do preço das propinas pelo Governo, por se tratar de uma economia de mercado, e alerta que as instituições de educação não podem ser interpretadas com a lógica dos supermercados. Reitor da Universidade Independente de Angola, Filipe Zau admite que muitas instituições correm riscos de fechar as portas. Págs. 4 a 6

DECLARAÇÕES DO PORTA-VOZ DO PARTIDO

MPLA nega debate sobre a Constituição

Pág. 8

Editorial

E AGORA, VOLTA A CHINA?

Falemos outra vez sobre a China. Ou melhor, tratemos da relação Angola-China. Recuemos no tempo. Desde 2018 que o VALOR vem alertando para as consequências da viragem diplomática pró-Occidente, em detrimento do eixo chinês-russo, por obra da diplomacia do Governo de João Lourenço. E, na tese dos alertas, constam também argumentos com relevância histórica.

Após a desintegração do bloco socialista, Angola abraçou o multilateralismo de forma convicta e o ponto mais alto passou a ser a efectivação das relações diplomáticas com os Estados Unidos da América, dimensionadas com a abertura da representação diplomática desse país em Luanda, na primeira metade da década de 1990. A aproximação aos norte-americanos não significou, entretanto, o afastamento expresso dos velhos aliados. Cuba manteve-se com presença significativa em vários domínios da cooperação bilateral. E a Rússia, ainda que tenha visto a sua influência reduzida, jamais ouviu de Angola discursos oficiais de ataques ou verborreias de ingratidão. No fundo, Angola introduzia os ideários actualizados dos Não Alinhados, mostrando-se disponível para explorar possi-



bilidades de cooperação pacíficas, respeitadas e mutuamente vantajosas com todos. As excepções à regra passaram a ser os momentos específicos de tensão por razões políticas, como foi o caso do afastamento temporário da França, face ao 'Angolagate'.

A filosofia da diplomacia estava, portanto, retraçada. Genericamente, os interesses angolanos não deveriam subjugar-se aos de quaisquer potências, na luta destas pela hegemonia global. Com o surgimento da paz e sem exigir como moeda de troca o alinhamento com a sua agenda nos

fóruns transnacionais, como a ONU, a China cedeu os recursos críticos que lançaram a reconstrução. Como consequência natural, ganhou um espaço de influência sem paralelo no país. Assegurou o petróleo e executou as principais infra-estruturas de sectores variados. Eram as moedas de troca incontornáveis, já que Angola não só não tinha outras garantias para viabilizar os empréstimos, como se encontrava numa situação excessivamente frágil para fazer exigências. Ainda assim, não teve de negociar cedência na soberania.

A chegada de João Lourenço

ao poder, em 2017, marca, entretanto, o início da relativização da importância chinesa. O Presidente pôs acento tónico na aproximação aos Estados Unidos e à Europa e fez questão de criticar publicamente o modelo da relação com a China, assente na colateralização da dívida pelo petróleo. Alegrados, os norte-americanos aproveitaram a deixa e enviaram a Luanda o seu secretário de Estado adjunto, no ano passado, para declarar que Angola tinha de fazer uma opção clara: ou com os Estados Unidos, ou com a China e a Rússia. Ou seja, para negociar a soberania a troco de apoio financeiro, técnico e político. Angola não reagiu, mas, para Beijing, não restavam dúvidas de que já não tinha o mesmo espaço em Luanda, como fizeram questão de sublinhar vários diplomatas chineses em distintas declarações ao VALOR.

Hoje, João Lourenço corre, entretanto, o risco de corrigir o discurso em relação à China. Não só porque os americanos não abriram os cordões à bolsa mesmo antes da pandemia, mas também porque, no actual contexto, o gigante asiático tem uma palavra importante a dizer na nossa luta pela sobrevivência. É o nosso principal credor e é o único que estará capaz de emprestar dinheiro a quem quer que seja, no pós-covid-19. Que se dê razão a quem a tenha.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Antunes Zongo, Guilherme Francisco, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Raimundo Ngunza e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel
Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Celestino Chitonho,

bastonário da Ordem dos Arquitectos de Angola

Que balanço faz desde a sua investidura em Dezembro?

Ainda é muito cedo para um balanço exaustivo. O Conselho Nacional está a conformar o plano de acção para o mandato de três anos. Fomos para o pleito eleitoral com um manifesto ambicioso e algumas acções já estão em marcha.

Quais?

A ideia está centrada em dois eixos. A valorização dos arquitectos e a promoção da nossa arquitectura. Estamos a implementar um sistema de formação contínua para os associados de modo a aumentar o nível técnico e científico para melhorar a capacidade de resposta aos problemas locais. Por outro lado, estamos no processo de criação da Casa da Arquitectura ou Centro de Documentação da Ordem.

Como funcionará?

Será um misto entre arquivo, biblioteca e museu com espaços de exposição, pesquisa científica e muito mais. A pandemia da covid-19 vai fazer repensar parte relevante da nossa acção estratégica, mas reforça outras. O Fórum Internacional de Arquitectura, normalmente com mais de 300 arquitectos, fica inviável. Já a abertura do debate nacional sobre Políticas Públicas de Arquitectura ganha mais sentido.

05

TERÇA - FEIRA

Os proprietários de hotéis e similares no Kwanza-Sul reduziram os salários e o número de trabalhadores em 50%, devido à pouca procura, por causa do estado de emergência. A informação é avançada por Edgar Setas, proprietário do complexo hoteleiro Mar Sol.

06

QUARTA - FEIRA

O ministro do Interior, Eugénio Laborinho, inaugura um Centro de Segurança Pública (CESP), com um sistema de videovigilância de mais de 200 câmaras, para reforçar a segurança pública.

07

QUINTA - FEIRA

O Presidente da República autoriza, por despacho, a venda das acções do Estado no Banco de Comércio e Indústria, um banco comercial com 100% de capitais públicos, através de leilão em bolsa.



08

SEXTA - FEIRA

O Tribunal Constitucional (TC) rejeita o pedido de impugnação da decisão da Assembleia Nacional que determinou a sua perda de mandato em Outubro do ano passado, devido à ausência prolongada no Parlamento.



09

SÁBADO

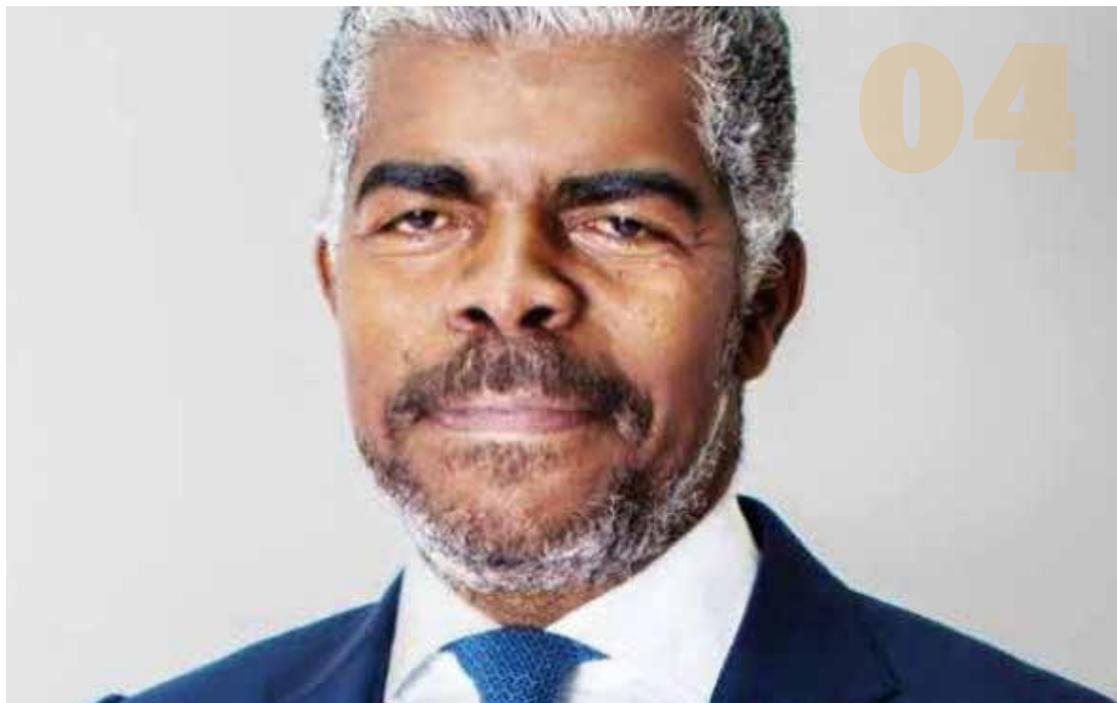
O director do Programa Africano da Chatham House, Alex Vines, considera que Angola "tem sorte" por não ter reembolsos de dívida este ano, mas tem a desvantagem de ter de entregar mais petróleo à China devido ao preço baixo.



10

DOMINGO

O Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação anuncia que a retoma das aulas presenciais, após o estado de emergência devido ao novo coronavírus, prevê aulas ao sábado para o cumprimento dos programas curriculares.



SEGUNDA-FEIRA

O ministro dos Transportes, Ricardo d'Abreu, aconselha as empresas do sector a utilizarem as ferramentas criadas pelo Executivo para atenuar os efeitos provocados pela pandemia da covid-19.

COTAÇÃO



PETRÓLEO VOLTA A CAIR

O petróleo iniciou a semana a recuar depois de, na semana passada, registar uma tendência crescente do preço. O Brent, por exemplo, fechou esta segunda-feira a negociar nos 29,63 dólares, depois de terminar a semana passada a ser negociado a 30,97 dólares quando, no arranque da mesma semana, fechou a valer 27,20 dólares. A mesma tendência acompanhou as negociações do WTI.



EUROPA: RETALHO E ALIMENTAÇÃO MINIMIZAM VERMELHO

Depois de duas sessões seguidas a valorizarem-se, as principais bolsas europeias iniciaram esta semana em queda. O índice de referência europeu Stoxx600 caiu 0,40% com o contributo de grande parte dos sectores, com destaque para as matérias-primas, turismo e banca. Por sua vez, o retalho e a alimentar terminaram no verde, beneficiando do fim das medidas de confinamento na maioria dos países.

Entrevista

FILIPE ZAU, REITOR DA UNIA E PRESIDENTE DA AIESPA

“Os conteúdos do ensino superior não são vendida a retalho”



Numa altura em que se regista uma paralisação geral no ensino, o presidente da Associação das Instituições do Ensino Superior Privado de Angola (Aiespa) abre o livro sobre a realidade do sector: explica por que razão algumas instituições poderão declarar falência e avisa que estas não podem ser comparadas aos supermercados. Crítico da regularização das propinas pelo Estado, o também reitor da Universidade Independente de Angola (UnIA) aguarda por respostas das autoridades às quais for dirigida uma proposta de apoio às instituições de ensino.

Por Isabel Dinis

Como se estão a gerir as instituições de ensino superior, face à paralisação imposta pelo estado de emer-

gência?

A pandemia tem um carácter nocivo generalizado. Ao inviabilizar o normal funcionamento de actividades económico-laborais, académicas, escolares, culturais, desportivas,

recreativas e ao limitar o direito de exercício pleno da nossa cidadania, face à instauração do estado de emergência, acarreta todo um conjunto de dificuldades às quais as instituições de ensino superior não estão alheias. A inviabilização do ensino presencial abriu espaço para uma espécie de metodologias de ensino à distância, que não chegou a ter tempo de se ensaiar.

Antes da pandemia, as universidades já se encontravam com dificuldades financeiras...

As instituições de ensino superior privadas têm como principal fonte

de financiamento as propinas dos estudantes e estas, por força da Lei de Bases do Sistema de Educação, regem-se pelo regime de preços vigiados e não pela normal regulação da economia do mercado. O valor da fracção mensal da propina, que, até 2010, correspondia a entre 250 e 300 dólares, sofreu, em 2020, uma desvalorização cambial de 82%. Actualmente, essa mesma fracção chega a ser inferior à de algumas escolas privadas do ensino geral, ou, até mesmo, de algumas creches, apesar de a Lei 17/16, que rege todo o sistema educativo, ser a mesma para o funcionamento

de todo o tipo de instituições educativas e de formação. Cerca de 30% dos estudantes matriculados tem reais dificuldades em cumprir com as obrigações financeiras e este percentual ocorre em quase todas, senão todas, as instituições privadas de ensino superior. A anuidade da propina é de 10 meses, correspondente à duração do ano académico, que, em condições normais, vai de Março a Dezembro. Mas o pagamento de serviços de manutenção, segurança e limpeza, de professores efectivos e de funcionários, terá de ser feito durante todo o ano, além dos subsídios de férias,

do 13.º mês e dos impostos. Estes, lamentavelmente, são semelhantes aos de uma fábrica de cerveja e as referidas despesas fixas são inerentes a 13-14 meses. As instituições privadas, em Janeiro e Fevereiro, não têm receitas provenientes das propinas. Com o estado de emergência, a entrada de receitas é praticamente nula.

Parece-lhe que, desta forma, as instituições conseguem resistir por muito tempo? Ou algumas ficam pelo caminho?

Sem a publicação do Decreto Executivo Conjunto nº 157/20 de 22

“Muito possivelmente a interpretação que é feita do conceito propina, no ensino superior privado, não esteja a ser correctamente usado.”

de Abril, corria-se o risco de uma parte significativa de instituições privadas de ensino superior, que, no total, matriculam 72% de todos os estudantes deste nível de formação (cerca de 190 mil estudantes), serem obrigadas a despedir professores e funcionários ou, então, entrarem em falência, interromperem aulas e fecharem as portas. As entidades promotoras tiveram de fazer recurso a créditos bancários, dos quais resultam contratos de financiamento com obrigações estipuladas junto das instituições financeiras, em que a garantia de pagamento reside nas propinas. Se, à época, esse crédito bancário foi feito em dólares, o pagamento dos juros, que não são bonificados, torna-se mais pesado, face às sucessivas desvalorizações do kwanza.

E o Estado pode intervir? Aguardam por ajudas?

Já avançamos, com essa proposta, mas não obtivemos ainda resposta.

Mas julga que essas ajudas serão possíveis?

Até ao momento, as instituições privadas não recebem qualquer ajuda do Estado. Vivem da propina e pagam à banca os empréstimos que solicitaram, com juros que não são bonificados, dando como garantia as propinas. Todavia, a Aiespa, como parceira do Estado, continua aberta a levar por diante esse diálogo e preparou um documento que poderá servir de suporte a sugestões direccionadas para uma política de financiamento do ensino superior privado.

No essencial, o que o Estado deveria fazer?

Equacionar da melhor forma a importância do papel social das instituições públicas e privadas na formação de recursos humanos para o desenvolvimento e bem-estar social, em era de conhecimento e elevada competitividade no mercado de trabalho.

Que alternativas económicas e financeiras as universidades devem encontrar?

As instituições privadas precisam de políticas de financiamento. Torna-se necessário que a percentagem do OGE reservada à educação se aproxime dos 20%, tal como é recomendado pela Unesco e é já praticado em alguns países africanos com menos recursos que Angola, como é o caso de Moçambique, que destina 18% do OGE para a educação.

Precisam de um estatuto de utilidade pública, já que toda a educação é pública, independentemente de a gestão ser pública ou privada. Precisam de promover a investigação científica, para que a inovação científica e tecnológica possa ser posta ao serviço de empresas públicas e privadas e abrir espaço para uma maior empregabilidade.

A pandemia poderá alterar a forma de relacionamento de alunos e professores e até das próprias instituições. Estão (as instituições) preparadas para isso?

Face à total impossibilidade de se ministrarem aulas pelo ensino presencial e face à viabilidade de utilização de novas tecnologias de informação e comunicação, procurou-se, efectivamente, de um dia para o outro, levar a cabo este novo desafio. A situação emergencial que vivemos, de há um mês e meio, é de circunstância e não de substância.

Há riscos de abstenção de professores e estudantes?

Como professores e estudantes, temos de ter consciência de que, se seguirmos as normas adequadas, a possibilidade de nos contagiarmos e adoecermos é praticamente nula. Se não, o que seria dos médicos, enfermeiros, agentes da ordem e segurança, jornalistas e funcionários dos supermercados que não podem ficar confinados em casa e têm de trabalhar?

“AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO NÃO PODEM SER VISTAS NA LÓGICA DOS SUPERMERCADOS”

Apesar de já estar aprovado o pagamento das propinas de Abril até 60%, há quem considere o pagamento injusto. O que pensa?

Muito possivelmente a interpretação que é feita do conceito propina, no ensino superior privado, não esteja a ser correcta. A propina não é a mensalidade que os estudantes pagam. Essa é a fracção da propina que se paga mensalmente para facilitar a vida dos estudantes. A propina corresponde ao pacote académico integral pago anualmente. É o contrato de adesão feito entre a entidade promotora e o estudante. É vinculado a partir do momento em que o estudante, depois de solicitar a matrícula, ou a renovação, é autorizado a frequentar um determinado curso. A propina é a anuidade e não a mensalidade. Por outro lado, as instituições de educação e formação não podem ser vistas na mesma lógica dos supermercados onde se compra fuba, pão, óleo alimentar, etc. Os conteúdos do ensino superior não são venda a retalho. Os estu-

Mesmo em Cuba, onde a economia é estatizada, um estudante de medicina estrangeiro, para lá estudar e residir, não paga menos de seis mil dólares por mês.

dantes são parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Sem estudantes não há professores e sem professores não há estudantes. O conceito de consumo não se aplica ao processo de formação/educação e, talvez por isso, os juízos de valores que envolvem esta questão não são apropriados. A melhor forma de lidar com este equívoco é explicá-lo aos estudantes, às famílias e à sociedade em geral.

A Aiespa exige há algum tempo o aumento das propinas dada a desvalorização do kwanza. Como é que está este dossier?

A entidade responsável pela regulação do preço da propina é o Ministério das Finanças. Em Fevereiro, face à actual crise financeira e cambial, o Igape autorizou o aumento dessa fracção mensal até 13%, o que fica longe dos 82% de desvalorização cambial e até mesmo do índice de inflação esperada para este ano. Pelo sistema do regime de preços vigiados, cabe individualmente a cada instituição, até Setembro, solicitar (ou não) a subida da fracção mensal da propina a ser paga pelos estudantes.

Mas, mesmo com os custos actuais, a generalidade dos estudantes já considera o ensino privado em Angola extremamente caro...

Pondo o texto no seu respectivo contexto, ser caro ou barato deverá ser analisado em função do custo da propina, por exemplo, em outros países da região, do continente, da CPLP, do Mercosul. Não em função do rendimento de cada candidato, que, por vontade própria, se matricula em uma determinada instituição privada, apenas porque não

conseguiu ingressar no público e é aquela mesma instituição privada que, à partida, lhe poderá garantir uma promoção social. A lei estabelece que o ensino só é obrigatório e gratuito no ensino primário, pelo que as instituições públicas de ensino superior teriam de ser pagas, de alguma maneira, pelos estudantes. Se o público tem custos, quem os paga? Possivelmente, é o estudante do privado que paga esses custos, por via dos impostos cobrados às instituições privadas. Se levarmos em linha de conta o actual Decreto 90/09, deveria haver políticas de financiamento para o ensino superior privado. Certamente que esses financiamentos (por exemplo, redução de impostos e taxas alfandegárias) teriam um outro tipo de impacto na fracção mensal da propina. Reflectir-se-ia também na possibilidade de recrutar professores académica e profissionalmente mais bem qualificados, o que iria ter reflexos positivos na qualidade.

Qual pode ser o valor justo de pagamento de propinas?

Aquele que está directamente relacionado com a importância e o volume de investimento das instituições, bem como com o perfil de professores e funcionários. Não na correlação inversa como ocorre nos dias de hoje. Também o custo, no mercado concorrencial, por cada curso em países vizinhos de Angola ou no próprio continente para viabilizar a mobilidade de professores, de estudantes e a aquisição de boas práticas. São os estudantes finalistas desses países, com a mesma certificação, mas com melhores competências, que, no futuro, virão concorrer com os estudantes finalistas angolanos no nosso próprio mercado de trabalho.

Concorda que o valor da propina seja regulado pelas Finanças?

Numa economia de livre mercado, tal como se rege o Estado angolano, a regulação de preços faz-se em função da procura e da oferta, o que irá promover a competitividade entre as instituições privadas de ensino superior, através da oferta de uma maior e melhor qualidade de serviços. É o que acontece a nível planetário. Mesmo em Cuba, onde a economia é estatizada, um estudante de medicina estrangeiro, para lá estudar e residir, não paga menos de seis mil dólares por mês.



Entrevista

Continuação da página 5

Há demasiada intervenção do Estado nas instituições de ensino privadas?

O regime de preços vigiados numa economia de mercado, associado a um certo controlo da gestão académica por parte da tutela, condiciona a autonomia pela qual se devem reger as instituições de ensino superior em todo o mundo.

Em relação às dificuldades dos estudantes em financiarem a formação, acha que os bancos poderiam participar com empréstimos? Não poderei falar em nome dos bancos, como deve compreender.

E quanto às universidades, os bancos financiam projectos?

Que eu saiba, não. Normalmente, os juros praticados pelos bancos não são convidativos.

“TEMOS SÉRIOS PROBLEMAS NO PERFIL DE ENTRADA DOS ESTUDANTES”

Apesar das dificuldades que já referiu, investir no ensino superior em Angola pode ser rentável? Levando em conta as conclusões de um estudo que a anterior direcção da Aiespa encomendou à empresa internacional KPMG, qualquer empresário que pretenda investir no ensino superior privado em Angola poderá estar condenado a não ter sucesso.

O Presidente João Lourenço tem incentivado a criação de mais universidades, em especial, fora de Luanda. Angola tem condições para acolher mais universidades? Acredito que sim. Angola não é só Luanda e quadros superiores com competência fazem falta, sobretudo fora da capital. Além disso, entendo esse desejo do chefe do Executivo como uma estratégia para reduzir as assimetrias de desenvolvimento entre o litoral e o interior e entre a cidade e o campo.

Não há excesso de instituições privadas?

Há poucas instituições de ensino superior públicas em Angola e, se não fossem as instituições privadas, a grande maioria dos jovens não teria condições de se licenciar. Não é por acaso que, apesar de ainda não se pagarem propinas nas públicas, as privadas detêm 72% de todos os estudantes. Talvez a pergunta que se deveria colocar é a seguinte: qual a



Até ao momento as instituições privadas não recebem qualquer ajuda do Estado. Vivem das propinas e pagam à banca os empréstimos com juros não bonificados.

razão por que há tão poucas instituições públicas, num país com as dimensões de Angola?

Mas a questão da expansão das instituições privadas tem colocado outros receios. Por exemplo, a ideia de que muitas estão mais preocupadas com o negócio do que propriamente com o ensino...

Sou académico e não empresário. Porém, não encontro razões para acreditar que as instituições privadas não constituem factor de desenvolvimento. Como académico, guio-me pelas evidências e não pelas inferências. Se fizermos um levantamento de quadros superiores em sectores-chave, encontraremos ex-

-estudantes de instituições privadas e até membros do Governo.

Então, a ideia de que o ensino no privado, em comparação ao público, apresenta pouca qualidade é incorrecta?

Nunca vi nenhum estudo epistemológico ou gnoseológico com conclusões sobre esse assunto. Há opiniões, mas estas valem o que valem. Não são ciência. Há muitos professores de instituições públicas que também leccionam em instituições privadas e vice-versa e são esses que poderão proporcionar mudanças qualitativas do ensino, desde que tenham o perfil académico e profissional. As universidades privadas do chamado

G4 (Católica de Angola, Gregório Semedo, Independente de Angola e Privada de Angola), que também são membros da Aiespa, já deram início a cursos profissionais de pós-graduação, visando a capacitação pedagógica dos docentes. A partir do ano académico de 2022, os docentes não profissionalizados não poderão continuar a dar aulas nestas quatro universidades. Também queremos alargar estas boas práticas a outras instituições privadas.

Mas não é verdade, por exemplo, que muitos estudantes acabem por ter o privado como alternativa por fracassem na admissão nas instituições públicas?

Dou aulas no ensino superior privado e no público e a diferença que constato é a fraca preparação dos estudantes em anteriores anos de escolarização. De um modo geral, o perfil de saída de grande parte dos estudantes que acabam o 2.º ciclo do ensino secundário não corresponde às necessidades do perfil de entrada no ensino superior. Daí o elevado índice de reprovações e abandono, cerca de 40%, logo no 1.º semestre, do 1.º ano da grande maioria dos cursos.

É por aí que se explicará também o facto de os estudantes com formação no estrangeiro serem, na prática, mais valorizados? É possível alterar este quadro?

Se, no estrangeiro, os estudantes tiveram professores mais bem formados académica e profissionalmente do que os que leccionam em Angola; melhores condições sociais e pedagógicas de apoio ao estudo; cursos mais bem estruturados e adequados à resolução dos problemas reais da vida, terão outras competências. Porém, também há estudantes formados no nosso país que concluem de forma brilhante os cursos.

Falemos de ordenados. Quanto ganha, em média, um professor numa universidade?

Todos os professores, quer do público, quer do privado, deveriam ser mais bem pagos. Nem todos os docentes são efectivos, por isso, nem todos ganham o mesmo salário. Nas privadas, a grande maioria ganha, durante 10 meses, de acordo com o nível de formação académica e em função do número de aulas que ministra. Não tem um salário fixo.

Mas a remuneração está, pelo menos, de acordo com o valor das propinas?

“O caso da fraude académica impede que a certificação e a competência andem de mãos dadas e isso desacredita o trabalho das instituições.”

Quando há cursos, como os de medicina, cujo custo da propina é inferior à mensalidade paga em algumas creches de Luanda, claro que é de lamentar que o salário de um professor esteja de acordo com o baixo valor da fracção mensal da propina.

Nesse quadro, como evitar a turbo-docência?

A turbo-docência, como forma de complementar o salário familiar, é autorizada, desde que, salvo erro, não ultrapasse duas instituições, sejam públicas, sejam privadas. A maioria dos docentes das privadas é colaborador e o contrato anual nem sempre oferece o número de aulas suficientes para conseguir um salário que satisfaça as necessidades familiares. O importante é que o docente trabalhe e cumpra integralmente com as responsabilidades.

Em resumo, como avalia a qualidade do ensino?

Temos sérios problemas no perfil de entrada dos estudantes no ensino superior e com a capacitação académico-profissional de grande parte dos docentes. A maioria detém apenas uma licenciatura. Esta é a realidade. Todavia, a qualidade do ensino também deverá levar em conta a base material das instituições, a capacidade de organização e gestão e a adequação dos conteúdos.

Ou seja, não se pode falar de um ensino superior de qualidade em Angola?

Evidentemente que não, mas há melhorias. Os docentes das instituições públicas e privadas, ao procurarem a superação académica através de mestrado e doutoramento, bem como através de cursos de capacitação pedagógica, contribuem para a qualidade do ensino.

“HÁ CORRUPÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO”

Concorda com a ratificação do acordo ortográfico (como já foi prometido pelo ministro das Relações Exteriores, Tete António)?

Do ponto de vista académico, a Academia Angolana de Letras (AAL) já se pronunciou de forma desfavorável e o ‘slogan’ “rectificar para ratificar” continua a fazer todo o sentido. Ultimamente, a Academia de Ciências de Lisboa (ACL)

Sou académico e não empresário. Porém, não encontro razões para acreditar que as instituições privadas não constituem factor de desenvolvimento.

Perfil

Filipe Silvino de Pina Zau é reitor da Universidade Independente de Angola (Unia), membro efectivo da Academia Angolana de Letras, presidente da mesa da Assembleia-Geral da Federação Angolana do Desporto Universitário (Fandu) e presidente da Associação das Instituições do Ensino Superior Privadas Angolanas. É doutorado em Ciências da Educação e mestre em Relações Interculturais pela Universidade Aberta de Lisboa. Acumula ainda uma licenciatura, no Brasil, em Pedagogia, pela UNICEUB e, em Portugal, pelo Instituto Superior de Ciências Educativas (ISCE). Fora a academia, é também letrista e compositor musical.

aprovou um documento que propõe a volta de consoantes mudas, do acento agudo em alguns vocábulos, do circunflexo e do hífen. Do ponto de vista político, não conheço evidentemente as razões que levaram o ministro das Relações Exteriores a manifestar-se favoravelmente à ratificação do Acordo ortográfico de 1990. A língua portuguesa não tem dono. O proprietário da língua é o usuário. Há necessidade de se criarem consensos e não imposições, face às situações aporéticas e constrangimentos que o ‘Parecer Oficial de Angola sobre o Acordo Ortográfico de 1990’ já denunciou.

Mas Angola está, de alguma

maneira, prejudicada por não aplicar o acordo?

O meu computador, por exemplo, apresenta diferentes normas ortográficas para o francês e o inglês. Qual é o prejuízo para os países que apresentam diferentes normas do francês de França e do inglês da Inglaterra? O AO90 parte de falsos pressupostos: pretende unificar a ortografia e isso não é possível, tal como podemos verificar com a sua aplicação em Portugal e no Brasil; pretende facilitar a alfabetização e tal não se verifica pelo número elevado de constrangimentos; pretende promover e divulgar mais a língua portuguesa o que tal só poderá ocorrer de forma adequada em África, desde que haja uma verdadeira cooperação no ensino entre a língua portuguesa e as línguas maternas africanas.

Em termos económicos, a aplicação do acordo ortográfico em Angola é positiva ou negativa?

Vai implicar o dispêndio de muitos recursos financeiros num momento em que o Governo reclama pela falta dos mesmos.

Como, por exemplo, a reedição de manuais?

Evidentemente. Os editores têm aqui uma grande oportunidade para esfregarem as mãos de satisfação. Um manual escolar oficialmente aprovado tem um tempo de vida útil. Se vamos deitar tudo fora para comprar tudo de novo, quando ainda não há consensos é porque os interesses do AO90 deixaram de ser académicos e passaram a ser políticos.

Como tem acompanhado o designado combate à corrupção?

É um processo que temos vindo a acompanhar pela imprensa e que, pelo que parece, se situa ainda ao nível da alta esfera política e económica.

As instituições de ensino estão isentas desse combate?

As instituições de ensino superior devem reger-se pelo rigor e pela ética. Em toda a sociedade, há situações evidentes de corrupção, que também encontramos nas nossas instituições de formação. O caso da fraude académica impede que a certificação e a competência andem de mãos dadas e isso desacredita o trabalho das instituições. Se esse combate não for feito, estaremos simplesmente a certificar os estudantes para o desemprego.

Taça Cheia

Todos os sábados,
às 22:00,
com
Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial

Economia/Política



PARTIDO TEM OUTRAS PRIORIDADES, SEGUNDO O SEU PORTA-VOZ

MPLA nega ter agenda de revisão constitucional

POLÍTICA PARTIDÁRIA. Oposição e diferentes analistas consideram haver necessidade de uma revisão constitucional, desde que tenha como foco a redução dos poderes do Presidente e a sua forma de eleição.

Por Antunes Zongo

O MPLA nega estar a promover discussões internas que visem a revisão constitucional, garantindo estar concentrado no apoio ao Governo no combate à pandemia da covid-19.

Falando em exclusivo ao VALOR, em resposta aos rumores que dão conta de debates internos com vista ao alargamento dos anos e do número de mandatos presidenciais com uma possível corrida presidencial de João Lourenço após o eventual segundo mandato, o porta-voz do MPLA assegura que, neste momento, estão focados “a implementar um conjunto de medidas para apoiar as empresas, as famílias e o sector informal

da economia, visando mitigar o impacto económico-financeiro da pandemia”.

Albino Carlos destaca que, apesar de o MPLA ter como agenda para 2020, a “intensificação das reformas políticas, económicas e vencer os próximos desafios eleitorais”, o partido está “apostado em ajudar o Executivo e a sociedade” a combater a pandemia da covid-19.

A informação posta a circular por diferentes portais de notícias, segundo a qual a direcção do “MPLA tem discretamente abordado com os militantes a possibilidade de promover a alteração da Constituição”, “visando alargar para três o número de mandatos do Presidente da República e/ou aumentar de cinco para sete os anos de cada mandato” também tem sido seguida atentamente por diversos actores da oposição e não só. Na matéria, os portais sublinham que a pretensão do MPLA se baseia no facto de o Presidente João Lourenço não ter tido tempo para “melhorar a

MEMORIZE

● **Com base no artigo 233.º da CRA, a iniciativa de revisão é da competência do Presidente da República ou proposta por 1/3 dos deputados à Assembleia Nacional, sendo que a sua aprovação só é possível por maioria de 2/3 dos deputados, segundo o artigo 234.º. Na prática, o MPLA tem força para, sozinho, promover uma revisão.**

vida dos angolanos” por causa da “corrupção que devia ser combatida”, “além de o ano de 2020 ter sido tomado pela pandemia do novo coronavírus”.

Entretanto, diferentes analistas e actores na oposição mostram-se favoráveis à revisão constitucional, desde que tenha como mote a redução dos poderes do Presidente e do seu modelo de eleição.

De qualquer forma, Sapalo António, político e ex-presidente

da bancada parlamentar do Partido de Renovação Social, sublinha que não se manifestaria surpreso caso as notícias sobre a alegada vontade do MPLA em aumentar o limite de mandatos venham a revelar-se verdadeiras. “É característico dos partidos de orientação comunista, como o MPLA, tudo fazerem para se perpetuarem no poder”, argumenta.

Sapalo António é, no entanto, a favor da alteração constitucional “urgente” para a “clara separação de poderes”, tornando o Presidente incompetente na nomeação de governadores e juizes. Para o antigo deputado, a justificação de que o ambiente político “não tem sido favorável” para melhorar a vida das populações “não colhe” e sublinha não serem necessários 15 ou mais anos para se resolver o problema do povo.

Raul Danda, primeiro-ministro do Governo Sombra da Unita, diz esperar que a suposta pretensão do MPLA “não passe de mera especulação”. O também deputado, que se

recusa a aceitar que João Lourenço queira “claramente encher-se como ditador”, considera que um possível alargamento do número de mandatos do Presidente da República ou um adição de dois anos em cada mandato seria um golpe constitucional.

À semelhança de Sapalo António, Raul Danda defende, com urgência, a revisão constitucional, com vista a tornar o poder “judicial mais funcional”, além da redução dos poderes do Presidente da República, bem como a alteração do seu modo de eleição. “Queremos que o Presidente se sinta com legitimidade de governar, e o Presidente, para ter legitimidade, devia, pelo menos, ser eleito com 50%+1 dos votos escrutinados”, observa Raul Danda.

Domingos Bernardo, politólogo, também defende uma “urgente revisão constitucional”, visando sobretudo a alteração do modelo das candidaturas. Entre outras, Bernardo acha “normal” que, “estrategicamente, o MPLA queira alterar a Constituição nos aspectos contrários à grande maioria dos cidadãos”, com o objectivo de manter o poder, mas adverte que o partido deve ter em conta as consequências que possam advir.

Para o politólogo, um aumento no limite de mandato do Presidente poderá “desencadear revoltas por parte de militantes mais radicais da oposição”, bem como reduzir o nível de aceitação que o partido granjeou a nível internacional.

LEGALIDADE DA ALTERAÇÃO CONSTITUCIONAL

Aprovada em Janeiro de 2010 e promulgada a 5 de Fevereiro do mesmo ano, a Constituição da República de Angola (CRA) completou dez anos em 2020 e desde 2015 que, legalmente, está apta a revisões.

Com base no artigo 233.º da CRA, a iniciativa de revisão é da competência do Presidente da República ou proposta por 1/3 dos deputados à Assembleia Nacional, sendo que a sua aprovação só é possível por maioria de 2/3 dos deputados, segundo o artigo 234.º. O grupo parlamentar do MPLA tem assim as condições necessárias para promover uma revisão constitucional sem o apoio de qualquer outra organização política, dado que detém 150 dos 220 lugares da Assembleia Nacional. A Unita, maior partido na oposição, controla 51 lugares, a CASA-CE 16, o PRS dois e a FNLA um.

PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO aprova crédito adicional suplementar no valor de 100 mil milhões de Kwanzas para o pagamento de despesas com projectos de potenciação e apetrechamento técnico-militar das FAA e ainda assistência diversa do Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria.

ACUSAÇÃO DA EMPRESÁRIA

Ministério Público usou passaporte falso para solicitar arresto do património de Isabel dos Santos

JUSTIÇA. Advogados da empresária tiveram acesso ao processo apenas em Abril e ter-se-ão apercebido da existência do passaporte falso entre as provas da suposta tentativa de transferência dos activos para o exterior.

Por Redacção

O Ministério Público “usou um passaporte grosseiramente falsificado como supostamente pertença” de Isabel dos Santos para justificar, junto do Tribunal, a necessidade de arrestar os bens da empresária com o argumento de que a mesma se preparava para transferir os seus activos para o exterior.

A acusação consta de um comunicado de imprensa da equipa de assessores de Isabel dos Santos que explica ao detalhe o que terá acontecido. O referido passaporte terá sido usado “por um presumido golpista de internet”, fazendo-se passar por um empresário do Médio Oriente que simulava estar a actuar em nome da empresária.

“Num esquema típico de burla de internet, engendrando um negócio fraudulento, pretendia o falso empresário do Médio Oriente burlar uma empresa no Japão. Numa bizarra série de e-mails de gmail e consultant.com, usada como prova pela Procuradoria de Angola, o nome da senhora Eng.^a Isabel dos Santos foi usado como fachada. Constatou-se que a Eng.^a. Isabel dos Santos nunca conheceu nem contactou as partes envolvidas no esquema de internet fraudulento, não tinha conhecimento da proposta falsa, e a transacção discutida era tecnicamente impossível, e típica de uma burla de internet”, escrevem

O dossier do suposto empresário terá chegado à embaixada de Angola no Japão e esta “remeteu o dossier aos Sinse – serviços secretos angolanos”. “O Estado Angolano usou este passaporte falso e e-mails como provas para evidenciar o periculum in mora (perigo de dissipação de património) exigido por lei e criou assim, perante o Tribunal, uma falsa aparência de que a cidadã Isabel dos



Santos se preparava para levar para o Japão, e desejava dissipar o seu património e, com isso, de forma fabricada e ilegítima, fornecer uma base ao Tribunal para este lograr a decisão de arrestar o património e as empresas”, insistem os assessores.

Acrescentam que “entre as várias provas falsas usadas esta é apenas o primeiro exemplo e foram mantidas secretas durante meses. Apenas em finais de Abril, os advogados da Eng.^a Isabel dos Santos tiveram acesso às alegações infundadas do Estado angolano,

e às provas falsas”.

Isabel dos Santos, através dos seus assessores, considera “pouco credível que o Estado Angolano não pudesse distinguir um passaporte falso de um documento verdadeiro por si emitido”, salientando existirem “muitos, e óbvios, sinais da falsificação”. Destacam, entre os sinais, “uma fotografia tirada da internet”, “data de nascimento incorrecta”, bem como “o uso de várias palavras em inglês como ‘Businesswoman’ e ‘Married’ num passaporte angolano”. Entre os sinais de falsificação do passaporte, a equipa de Isabel dos Santos destaca ainda que, “no apelido, consta ‘Isabel’ (que é nome próprio)” e “a numeração está errada pois existem dois números de passaporte no mesmo documento”. E classificam como “maior aberração” o facto de o documento “ter a assinatura do falecido actor de cinema Bruce Lee”.

“A autenticação pelos serviços de inteligência e segurança do Estado, para uso como prova, de uma falsificação óbvia, e posterior utilização deste “Falso-Passaporte” pelo Estado Angolano e a aceitação deste como prova pelo juiz angolano suscitam sérias preocupações sobre a lisura e independência deste processo legal, e faz adivinhar claras motivações políticas por parte de quem não se coíbe de usar provas falsas, para julgamentos de conveniência”, lê-se na nota.

A empresária apela às “autoridades portuguesas” a ficarem “alerta para a gravidade que pode constituir confiar e dar execução a solicitações da justiça de Angola, sem verificarem devidamente as provas e alegações apresentadas”.

“Estamos perante uma falha evidente, neste processo, por parte de um país da União Europeia que supostamente é um Estado de Direito que respeita os Direitos Fundamentais estabelecidos na Convenção Europeia dos Direitos Humanos”.

O arresto dos bens da empresária e o bloqueio das contas aconteceu a 31 de Dezembro. Entre as justificações, o tribunal informou que ficou provado que Isabel dos Santos vinha tentando vender a sua participação social na sociedade UNITEL-SA, tal como transferir avultadas quantias em euro para a Rússia, a partir de Portugal. E ainda que encetava contactos para investir no Japão.

Mercados & Negócios



“REDUÇÃO DO CUSTO DE PRODUÇÃO”

Grupo Castel e Refriango justificam baixa da cerveja

CERVEJAS. Empresas fixaram as unidades de 33 mililitros em 150 kwanzas, mas apresentam racionais diferentes para a redução do custo de produção. Sodiba mantém o preço e garante que “trabalha com margens mínimas há mais tempo”.

Por Fernando Francisco

A decisão do Grupo Castel e da Refriango de baixar o preço da cerveja para 150 kwanzas tem despertado acusações de uma estratégia concertada que envolve o Governo, mas as duas empresas garantem que se trata apenas de uma decisão de negócio que resulta exclusivamente da redução dos custos de produção.

Os receios são suportados

pelo actual contexto económico, marcado pela desvalorização da moeda, o que exige constantes actualizações para cima dos preços dos produtos, cuja produção dependa excessivamente da matéria-prima importada, como é o caso das cervejas. Também concorre para a suspeita o recente alerta da Associação das Indústrias de Bebidas de Angola (Aiba) para a possibilidade de se registarem falências no sector, na sequência da implementação do Imposto Especial de Consumo. A coincidência no período em que as duas empresas apostam na redução dos preços da cerveja também

25

Por cento, taxa do imposto especial sobre o consumo actualizada em Agosto de 2019.

consta entre as razões que motivam interrogações.

“Não é verdade, não tivemos nenhum incentivo que nos permite baixar os preços”, garante Philippe Frederic, director-geral da Cuca, acrescentando que con-

seguiram baixar os custos negociando a redução dos salários dos que estão em casa.

“Temos o pessoal em casa e alguns com o salário reduzido, mas, como deve imaginar, estamos a ganhar muito menos. Estamos num período difícil e precisamos de vender, mas também queremos ajudar as pessoas que, nesta altura, têm o poder de compra limitado. Com os restaurantes e bares fechados, tomámos medidas para reduzir os custos que nos permitam baixar os preços. Queremos aumentar a nossa quota de mercado e vender mais para aguentar a crise”, explica.

No entanto, o gestor reconhece ser “impossível” reduzir custos nas matérias-primas, visto que são importadas e pagas em divisas. “Em relação à matéria-prima, o importante é salientar que temos garantida para cinco meses, fizemos uma boa planificação e não temos problemas”, acrescenta.

Por sua vez, Estêvão Daniel, da Refriango, produtora da cerveja Tigra, também assegura que a decisão de baixar a cerveja para 150 kwanzas “tem que ver com o custo de produção que baixou”. No entanto, contrariamente ao gestor do grupo Castel, Estêvão Daniel coloca a matéria-prima na equação.

“O que acontece é que temos tido muita ajuda do Governo no que concerne à importação de matéria-prima. A questão cambial também ajudou. Embora o câmbio esteja muito elevado, há mais divisas no mercado e são factores que têm ajudado muito para baixar os custos”, salienta, acrescentando que já começaram a sentir o efeito da decisão, pois têm “vendido um pouco mais”.

Quem mantém os preços dos produtos é a Sodiba, produtora das marcas Luandina e Sagres. “A Sodiba já trabalha com margens mínimas há mais tempo para garantir os melhores preços aos consumidores e não vai colocar em causa a qualidade dos produtos para baixar mais os preços”, explicou Luís Correia, director-geral da empresa.

O IEC CONTINUA A PREOCUPAR

Philippe Frederic lamenta, no entanto, o silêncio do Governo sobre a solicitação dos industriais de bebidas para a redução do IEC. “Estamos a fazer um grande esforço financeiro. Como já temos o IVA que não facilita a vida dos nossos clientes, pedimos ao Governo para rever o IEC, mas o Governo ainda não respondeu.” O empresário acrescenta que a redução do imposto seria a principal ajuda que se poderia dar aos produtores de bebidas para reduzir o impacto da covid-19. “As medidas criadas pelo Governo para reduzir o impacto da Covid-19 não têm impacto nas nossas empresas, o importante seria mesmo a redução do IEC”, insiste.

A Aiba defende a redução em cerca de 50% do IEC que, em Agosto, passou de 16% para 25%, no caso das bebidas alcoólicas, enquanto, para os refrigerantes e águas, está fixado em 2%.



O BANCO NACIONAL DE ANGOLA e a Associação Angolana de Bancos (Abanc) reuniram-se, na sexta-feira, para, entre outros assuntos, analisar a organização do mercado cambial, tendo concluído que a mesma passa pelo aumento do rigor no controlo da posição cambial dos bancos.

EMPRESA PREPARA ALTERAÇÃO DO NOME

Angorascom mantém garantias de operar em Angola

Por Fernando Francisco

A

Angorascom, empresa a que o Governo concedeu, em Novembro, o direito de exploração do serviço

móvel da Angola Telecom, assegura que mantém a garantia de operar no país e já se prepara para a alteração do nome por razões comerciais.

“A Angorascom não é muito comercial, não é de fácil pronúncia para os clientes segundo o estudo realizado”, explicou ao VALOR fonte da empresa criada para operar em Angola na sequência do acordo entre a Orascom Telecom e o Governo. “Ainda não temos o novo nome, mas estamos a trabalhar neste sentido”, precisou a mesma fonte, numa altura em que aumentam os rumores de que o Governo rescindiría o contrato de subconcessão por pressão da Africell, que considera um “processo não-transparente” a parceria entre o Governo e a Orascom.

“No caso de a licença móvel da

Angola Telecom ser transferida para a Orascom ou qualquer outra operadora num processo não-transparente, a nossa retirada do concurso permanece uma opção”, garantiu ao VALOR, em Março, Ian Paterson, director financeiro da Africell.

“O nosso modus operandi e o dos nossos investidores, como o governo dos EUA, exige total transparência e seria impossível continuarmos num mercado onde um processo transparente, como o que participámos até agora, seja comprometido de tal maneira”, acrescentou.

Na sua última edição, o semanário ‘Expansão’ dá conta que o Governo terá cedido à pressão da Africell, já que se prepara para a rescisão do contrato com a Orascom. Esta que, entretanto, continua a trabalhar no sentido de iniciar a operação, tendo, inclusive, iniciado o processo de recrutamento. “Desconhecemos esta pretensão do Governo e continuamos a trabalhar para iniciar a nossa actividade em Angola. Temos projecto de investir em infra-estruturas e também para partilhar as infra-estruturas existentes em acordo com os operadores existentes”, explicou.

Nesta altura, acrescenta, a única

indecisão tem que ver com a pandemia da covid-19 que impede que, por exemplo, os executivos seniores da operadora estejam em Angola. “Oficialmente, nunca nos foi dito nada nem gostaríamos de falar sobre a Africell que, como nós, é uma operadora que pretende investir no mercado, mas, se o argumento é que nós não passámos por um concurso público, com quem é que Africell concorreu?”, questiona.

A Africell Holding SAL foi a empresa seleccionada no concurso para a atribuição do ‘4.º Título Global Unificado para a Prestação de Serviço Público de Comunicações Eletrónicas’. Mas o processo acabou por ficar restrito a apenas uma companhia, no caso a Africell, das 12 seleccionadas para as sessões de promoção e das três que adquiriram as peças do concurso (as outras foram a MTN, da África do Sul, e o BAI Investimento).

Os factos indiciam estar-se em presença de mais um capítulo do conturbado processo que visa aumentar a concorrência no sector da telefonia móvel. Em Abril de 2019, a Telstar, depois de ter sido seleccionada no primeiro concurso, viu o processo anulado por alegadas razões de transparência.



Mário Mujetes © VE

DESDE MAIO DE 2019

Pescangola com perdas mensais de 40 milhões kz

A

Pescangola acumula perdas mensais de 40 milhões de kwanzas desde Maio de 2019, altura em que cedeu

um navio à comissão interministerial encarregada da ‘Operação Transparência’ por ordem do extinto Ministério das Pescas.

Os cálculos são do presidente do conselho de administração da empresa, Sebastião Macunge, para quem as perdas agravam a situação financeira da Pescangola que já se arrasta “em mares de dificuldades há anos”, estando ainda responsabilizada pela manutenção do referido navio.

“A comissão requisitou este meio para duas a três semanas, a verdade é que o navio continua na posse da mesma comissão, mas nós continuamos a suportar os custos, quer de manutenção do aparelho, quer do pessoal que está a bordo”, explica Macunge.

Em 2018, a frota da empresa reduziu 50% para 50 embarcações operacionais, devido a problemas técnicos. Mas a baixa captura e a paralisação de infra-estruturas, como o porto pesqueiro do Tômbua e a doca flutuante da Baía de Luanda, constam

também das preocupações.

Na última quinta-feira, 7, o ministro da Agricultura e Pescas, António de Assis, mostrou-se, entretanto, “perplexo”, face à realidade da empresa, admitindo que as instalações “estão muito velhas” e que a tecnologia utilizada está em desuso, o que o levou a assegurar tudo fazer para dar outro vigor à Pescangola. “Sentimos que temos de trabalhar para melhorar alguns procedimentos, de forma que se restaure o vigor e a importância”, detalhou.

Para o economista Miguel Cristóvão, a revitalização da Pescangola e outras empresas do sector deve ser feita “com urgência”, de modo a evitar-se um possível estado de insolvência. O processo de revitalização, refere, pode abarcar o “fortalecimento da pesquisa de fontes de energias alternativas, a biomassa, permitindo a expansão das embarcações, além de garantir o desenvolvimento sustentável dos recursos.”

O ministro António de Assis também visitou a Edipesca, cujas obras de reabilitação, previstas para o primeiro trimestre do corrente ano e orçadas em 57 milhões de dólares, até ao momento não tiveram arranque.

Por Guilherme Francisco



Mário Mujetes © VE

(In)formalizando

FACE À PROCURA POR CONTA DA PANDEMIA

Comerciantes investem em máscaras artesanais



Muitos vendedores ambulantes que operam na periferia da cidade de Luanda, sobretudo nas vias do Palanca ao Golf 2, São Paulo ao Kikolo, bem como São Paulo a Cacucaco, estão a optar por comercializar máscaras artesanais, os produtos que comercializavam antes do período de coronavírus.

Os operadores justificam a opção com o aumento da procura das máscaras, face à importância do produto na prevenção

contra a covid-19. Para a venda, os comerciantes compram o produto aos alfaiates, aos quais pagam, dependendo da zona, entre 50 e 100 kwanzas. No interior dos bairros de Viana, Sambizanga e Cacucaco, por exemplo, os alfaiates vendem as máscaras a 50 kwanzas cada uma. Já no Kilamba Kiaxi, alguns fabricantes estão a vender cada máscara a 100 kwanzas. Os consumidores finais, por sua vez, desembolsam entre 200 e 300 kwanzas, consoante adquirem as máscaras nas zonas suburbanas ou no centro.

Ao VALOR, Madalena Celeste, vendedora ambulante que opera na via São Paulo ao Hoji-ya-

-Henda, conta que antes comercializava copos de vidro e de plástico, esclarecendo ter optado por vender máscaras artesanais por ser “o produto mais procurado” no momento. O comércio não é fechado, funciona em função do momento. Por exemplo, há boutiques de roupas que acabam por ser convertidas em padarias”, compara.

A jovem, estudante da 12.ª classe no curso de Ciências Económicas e Jurídicas, explica que, diariamente, vende entre 17 e 20 máscaras, perfazendo uma faturação de entre 3.400 kwanzas e 4.000 kwanzas, já que compra cada máscara a 50 kwanzas.

Ana Rodrigues, vendedora ambulante há três anos, à semelhança de Madalena Celeste, também trocou de negócio. Antes comercializava roupas de criança, e justifica a alteração com o “recuo que se verifica” na procura de roupas, ao contrário do que ocorre com as máscaras artesanais. A jovem observa que, com mais ou menos tempo, a procura das máscaras artesanais poderá também registar baixas, dado que são produtos reutilizáveis, diferente das máscaras clínicas. “Mas, por enquanto, é um bom negócio”, considera a vendedora, que estima lucros diários na ordem dos três mil kwanzas.

EM MALANJE MOSAPII investe 63 milhões kz em agricultores familiares

O projecto de Agricultura Familiar e Comercialização (Mosap) disponibilizou 63 milhões de kwanzas para a produção de hortícolas pelos agricultores familiares de Malanje, informou à imprensa o coordenador do programa nessa província.

Paulo Sozinho calcula que a iniciativa, orientada essencialmente para a produção de tomate e repolho, numa área de 150 hectares, venha a beneficiar 2.500 famílias. E sublinha que a aposta visa “diversificar a produção na província e fazer face ao período de estiagem” característico da terceira fase da campanha agrícola.

O montante financeiro a ser aplicado no subprojecto vai servir para a aquisição de sementes, adubos e bombas de irrigação. Paulo Sozinho lembra que, na primeira e segunda épocas da campanha agrícola 2019-2020, o Mosap II apoiou 2.799 e 14 mil pequenos produtores com assistência técnica e fornecimento de meios de produção, além de terem sido mecanizados 2.004 hectares.

Para já, a entidade distribuiu 175 toneladas de fertilizantes, 40 de adubo simples, 10 toneladas de sementes de milho, 46 de feijão manteiga e 160 toneladas de batata rena, num investimento estimado em cerca de 400 milhões de kwanzas.



Zap FIBRA

DUPLICAMOS O TRÁFEGO!

AGORA A **OFERTA DE TRÁFEGO** DE INTERNET EM TODOS OS PACOTES FOI **DUPLICADA** E OFERECEMOS + **FILMES** PARA VER NO VIDEOCLUBE!

ZAP FIBRA **2MB**

+90 CANAIS
ZAP MAX

OFERTA 2 FILMES
VIDEOCLUBE

80GB TRÁFEGO DE INTERNET

ZAP FIBRA **6MB**

+120 CANAIS
ZAP PREMIUM

OFERTA 3 FILMES
VIDEOCLUBE

320GB TRÁFEGO DE INTERNET

ZAP FIBRA **20MB**

+120 CANAIS
ZAP PREMIUM

OFERTA 4 FILMES
VIDEOCLUBE

750GB TRÁFEGO DE INTERNET

ZAP FIBRA **50MB**

+120 CANAIS
ZAP PREMIUM

OFERTA 6 FILMES
VIDEOCLUBE

1250GB TRÁFEGO DE INTERNET

CAMPANHA VÁLIDA PARA CARREGAMENTOS REALIZADOS
ATÉ **15 DE MAIO 2020**

DEJURE

Provedor de Justiça é uma entidade pública independente, que tem como objectivo a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.



NOVO ESTATUTO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

Lei prevê incremento na ordem de 30% sobre o salário-base

LEGISLAÇÃO. Novo pacote legislativo alarga as competências do procurador-geral da República, ao mesmo tempo que “confere maior dignidade”, com um incremento aos funcionários.

Por Redacção

O novo pacote legislativo alarga as competências do procurador-geral da República, ao mesmo tempo que confere maior dignidade, avançou esta segunda-feira Orlando Fernandes, secretário de Estado da Justiça, após a aprovação unânime, pela Assembleia Nacional, na especialidade, das propostas de Lei Orgânica da Provedoria de Justiça e do Estatuto do Provedor de Justiça, que prevê um incremento, aos funcionários, na ordem de 30 por cento sobre o salário-base. Aprovados na generalidade pelos deputados em Fevereiro,

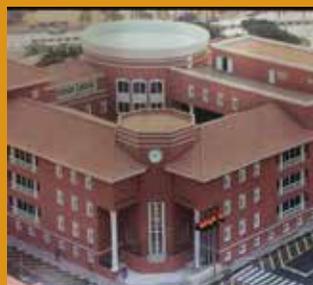
os documentos, de iniciativa legislativa do Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, seguem nos próximos dias para a votação final global.

Durante a plenária, que reuniu deputados da 1.ª e 10.ª comissões de trabalho especializado, foram discutidos a possível fusão entre a Lei Orgânica da Provedoria de Justiça e o Estatuto do Provedor de Justiça.

O secretário de Estado da Justiça, Orlando Fernandes, afirmou, no final da plenária, ser um “grande avanço”, justificando que “a Constituição de 2010 estava desfasada constitucionalmente, no quadro legal em que se move o provedor e a Provedoria de Justiça”.

Deste modo, a Provedoria e o provedor de justiça deixam de estar dependentes do orçamento da Assembleia Nacional, passando a ter

MEMORIZE



● **A Provedoria e o provedor de justiça deixam de estar dependentes do orçamento da Assembleia Nacional, passando a ter relação com o Ministério das Finanças.**

relação com o Ministério das Finanças. Outra alteração, acrescentou o dirigente, consiste na clara definição dos direitos e deveres do provedor de justiça adjunto, assim como o novo diploma prevê uma série de competências que serão atribuídas ao provedor de justiça.

O Provedor de Justiça é uma entidade pública independente, que tem como objectivo a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurando, através dos meios informais, a justiça e a legalidade da actividade da administração pública.

É eleito, para um mandato de cinco anos, pela Assembleia Nacional, por deliberação da maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções e toma posse perante o presidente da Assembleia Nacional, em plenário.

JUSTIÇA Angola deposita instrumentos para ratificação na UA

Angola depositou, esta segunda-feira, 11, em Addis Abeba, na Etiópia, três Instrumentos Jurídicos da União Africana (UA), com vista à sua ratificação e tornar-se, oficialmente, Estado-Parte dos mesmos, lê-se em nota a Representação Permanente de Angola Junto da UA a que a Angop teve acesso.

Trata-se da Carta de Adesão ao Protocolo do Tribunal de Justiça da União Africana, Carta de Ratificação da Convenção da União Africana sobre a Cibersegurança e Protecção de Dados e Carta para a Ratificação do Protocolo da União Africana relativo aos Estatutos do Tribunal Africano de Justiça e dos Direitos Humanos.

A entrega dos instrumentos na Comissão da União Africana, depositária dos tratados continentais, foi feita pelo embaixador de Angola na Etiópia, Francisco da Cruz, igualmente Representante Permanente de Angola Junto da União Africana e na Comissão Económica das Nações Unidas para África.

Emitidos pelo Presidente da República, os diplomas foram aprovados pela Assembleia Nacional, à luz da Constituição da República de Angola, em cumprimento das formalidades legais.

Dos 69 tratados da União Africana, Angola assinou 36, ratificou 23 e procedeu a igual número de depósitos.



Bill Gates e o ‘despejo’ de biliões em vacinas

INVESTIMENTO. O multimilionário promete contruir sete fábricas para a produção em massa de vacinas para o vírus Corona, apesar de assumir à partida que só duas vão avançar com a produção e que o investimento nas outras será desperdiçado.



1.776.000	Desenvolvimento Global
1.267.000	Saúde Global
645.000	Crescimento global e oportunidade
483.000	Programa dos Estados Unidos
384.000	Política global e defesa de direitos
163.000	Outros programas de caridade

Valores em milhares de dólares

Há mais de uma década que Bill Gates e a sua fundação nomeiam as vacinas como um dos melhores investimentos para o futuro.

Em 2011, e a falar na sede Nações Unidas para os 193 estados membros da Organização Mundial da Saúde, o fundador da Microsoft, tornado filantropo, e numa altura em que a fundação Bill e Melinda Gates já investia 2 biliões de USD em bolsas para programas do sector, declarava a sua predileção. Descrevia as vacinas como “uma tecnologia extremamente elegante, que se pode tornar barata, fácil de distribuir e que comprovadamente protege crianças de doenças”. Para enfatizar ainda comparava, “na Microsoft só podíamos sonhar com tecnologias que fossem tão poderosas e simultaneamente tão simples”.

Passada quase uma década, mais de 10 biliões de USD investidos, e com uma pandemia mundial a ameaçar a

vida de milhões de pessoas e os sistemas económicos da maioria, as palavras de Bill Gates soam a profecia, ou a macro-conspiração.

Numa entrevista ao Daily Show apresentado pelo sul-africano Trevor Noah, um sempre informal Bill Gates descrevia os novos planos de resposta à pandemia que incluem a construção de sete fábricas em simultâneo para sete farmacêuticas que estão nesta altura a desenvolver vacinas para o vírus corona. A visão da sua fundação é a de que com a preparação de sete estruturas, que simultaneamente ganhem capacidade de testagem e produção, perde-se menos tempo, apesar dos biliões de USD desperdiçados porque só duas das fábricas com melhor resposta vão de facto avançar para produção.

Gates é peremptório, numa altura em que meses de pesquisa e produção significam perda de vidas e em que a economia mundial vai perder triliões de dólares, o desperdício de alguns biliões nesta fase para garantir que temos vacinas disponíveis para todos mais rápido, vale a pena. “Este nosso investimento, mais cedo do que os países e as organizações mundiais podem disponibilizar, vai acelerar o processo, porque a nossa fundação tem expertise profunda em doenças infecciosas e porque se preparou para uma epidemia”.

É nesta “preparação” tão prévia

que reside a onda de acusações e de teorias da conspiração com muitos dedos apontados no sentido pernicioso do investimento em farmacêuticas que “incentiva à criação e disseminação de doenças para retornos multimilionários”.

Gates, diz que o retorno do investimento da Fundação Gates está à vista: “10 biliões de USD investidos em saúde produziram 200 biliões de USD em benefícios socio-económicos em países em vias de desenvolvimento”. “Se tivéssemos investido na bolsa o mesmo valor ia render 17 biliões, segundo estatísticas produzidas pelo Copenhagen Consensus Center. 150 biliões seria o rendimento da aposta na energia e 170 biliões se investidos 10 em infra-estruturas nos países em vias de desenvolvimento, valores que segundo homem mais rico do mundo são ultrapassados pelo investimento em instituições de saúde que actuam a nível global e que são a melhor aposta para salvar vidas.

Enquanto a estrutura de financiamentos da Fundação se foca em mais de 50% no desenvolvimento global e saúde global, o portfólio de investimento do dono de uma fortuna de quase 100 biliões de USD é liderado em 52% pelo investimento em serviços financeiros com destaque para o gigantesco fundo de investimento Berkshire Hathaway co-fundado por Warren Buffett.

Opiniões

Governo, outra vez, entre a espada e a parede



César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

Depois de já estar numa espécie de entre 'espada e a parede' no dossier compra das aeronaves para a TAAG, o Governo enfrenta uma situação semelhante e tudo por decisões precipitadas.

Desta vez, é no sector das telecomunicações, mais concretamente no negócio da telefonia móvel. Um sector que, por tudo o que já registou, se coloca entre os que reúnem mais decisões questionáveis.

Tudo terá iniciado com o aparecimento e desaparecimento repentino da Telstar, que tinha sido a escolhida no concurso público (entretanto anulado) para a quarta operadora móvel. Seguiu-se a decisão estranha de o Governo reforçar a sua posição na Unitel, investindo 1.000 milhões de dólares na operadora está entre os activos a serem privatizados.

Depois, tudo pareceria normalizar-se com o relançamento

do concurso público para a escolha da quarta operadora. Mas mais uma decisão esquisita. Enquanto se aguarda pelo resultado do concurso, o Governo cede a exploração da licença móvel da Angola Telecom sem concurso público à Angorascom, empresa então desconhecida da maioria dos cidadãos, tal como a Telstar. Depois veio a saber-se que era uma filial da conhecida Orascom Telecom. Mas em que circunstâncias é que se cedeu esta exploração? Porque é que não se realizou concurso público?

Foram algumas questões que se seguiram. Estas interrogações não passariam disso mesmo, se a Africell, que viria a ser anunciada como a vencedora do concurso público, não se manifestasse contra a cedência da licença móvel da Angola Telecom nos moldes em que foi feita. Aliás, não só se manifestou contra o processo como condicionou o investimento no país à anulação do contrato entre Angola e a Angorascom. Portanto, mais uma vez, o Governo vê-se numa situação embaraçosa tal como aconteceu com o avanço, recua e depois avança no processo da compra das aeronaves, onde o recuo poderia custar caro aos cofres do Estado. E quanto custará qualquer uma das decisões agora? E se amanhã surgirem situações semelhantes?



Trabalho Para Um Regresso Seguro



Marta Santos,
Associate Partner,
People Advisory
Services

É preciso começar a reabrir a economia.

Mesmo mantendo o Estado de Emergência, a reabertura de algumas actividades, mesmo com restrições, leva muitas pessoas a tentar retomar a normalidade possível, depois de longo período de confinamento, em que muitas empresas em Angola tiveram pessoas em regime de teletrabalho.

Sabemos que o regresso à presença física nos locais de trabalho é faseado e que tem de ser cuidadoso... Muito cuidadoso!

As autoridades divulgam várias recomendações para as empresas e para os trabalhadores, que pas-

sam pela higienização de espaços, o distanciamento físico, os equipamentos de protecção individual, a ventilação dos espaços, a etiqueta respiratória. Medidas que são devidamente pensadas de acordo com o que é emanado pelas entidades reguladoras da Saúde e que estão também alinhadas com as medidas defendidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Este regresso é também condicionado, obviamente, pelas questões relacionadas com o cuidado das crianças, mantendo-se as escolas fechadas, mas também com a falta de outras respostas sociais que impedem os trabalhadores de terem uma total disponibilidade para esse retorno.

Estas medidas impõem às empresas uma adaptação da sua operação e da sua força de trabalho, de forma a promover a continuidade do negócio.

Assim, é preciso:

Planear o regresso com segurança. É preciso identificar quem será responsável pelo planeamento da retoma. Esta equipa deve acompanhar as recomendações das enti-

dades responsáveis, de forma a incorporar no plano de regresso as melhores práticas, atendendo, em primeiro lugar, à segurança das pessoas, à estrutura da empresa e à actividade das suas diversas áreas naquilo que é a realidade operacional.

O que a empresa precisa de adaptar em termos dos seus processos, das suas instalações, dos equipamentos, dos horários de trabalho? Quem é responsável pela avaliação de riscos, pela monitorização e pela comunicação?

Definir quem vai retomar o trabalho presencial.

É preciso definir quais são as actividades que vamos priorizar em termos de regresso ao trabalho presencial. Conhecer as competências críticas que necessitamos. Reconhecer que é fundamental que essas competências sejam alvo de um plano de transferência de conhecimento que permita a sua duplicação.

Como vamos organizar o espaço físico de trabalho? Quantos trabalhadores podem estar simultaneamente nas instalações? Quem são os trabalhadores que têm de voltar a estar fisicamente no local de trabalho? Quem não tem condições para retomar a actividade presencial (trabalhadores em grupos de risco, com filhos menores, em quarentena obrigatória...)?

Proteger a nossa força de trabalho. Só conseguimos tomar decisões de gestão devidamente fundamentadas, se tivermos dados reais que as sustentem. Para proteger os nossos trabalhadores, precisamos de conhecer as suas necessidades, a sua situação real face a um contexto que para todos é novo, as suas expectativas relativamente ao trabalho, os seus receios... Precisamos de monitorizar a sua reacção na fase de retoma e o impacto que as políticas e procedimentos adoptados têm no seu bem-estar e na sua produtividade.

A confiança que os trabalhadores têm na capacidade de a empresa promover as condições necessárias para um regresso seguro vai ter um impacto muito significativo na sua motivação e na sua produtividade.

A capacidade das empresas em transmitir este sentimento de protecção, segurança e apoio é fundamental para a sua sustentabilidade, para a sua imagem e para garantir a continuidade.

“A comunidade internacional não está a fazer o suficiente para ajudar os países africanos a mitigarem a ameaça da covid-19.”

Evitar uma crise securitária da COVID-19 em África



Abebe Bekele,



Mário Mujetes © VE

Há quem tenha descrito a crise da covid-19 como um “grande equalizador”. Afinal, invadiu as economias mais ricas do mundo e o vírus infectou algumas das suas figuras mais proeminentes, desde políticos como o primeiro-ministro Boris Johnson até elementos da ‘realeza’ de Hollywood como Tom Hanks. Mas os países em desenvolvimento, especialmente os mais desfavorecidos nesses países, permanecem muito mais vulneráveis que os homólogos dos países mais desenvolvidos, não apenas por causa das consequências sanitárias da pandemia, mas também pela insegurança – e à instabilidade – decorrentes da resposta.

Até agora, as medidas mais eficazes para limitar a propagação da covid-19 são as restrições a viagens, as regras do distanciamento físico e a quarentena total, nos casos aplicáveis. Mas a sua implementação rápida é essencial.

Vimos isso nalguns países africanos, como o Ruanda, onde o governo suspendeu todos os voos de passageiros durante 30 dias depois de confirmados apenas 11 casos do vírus e seguidamente colocou todo o país em confinamento durante 28 dias. O vizinho Uganda seguiu-o logo a seguir, juntamente com a Nigéria, a África do Sul e a Etiópia, entre outros.

Mas as respostas noutros países foram fragmentadas e fracas. Dada a escala da interdependência global, isto deveria preocupar todas as pessoas.

Os países desenvolvidos têm sistemas de saúde mais robustos, mas continuam a ser profundamente vulneráveis: os EUA regis-

taram recentemente mais de 1.800 óbitos relacionados com a covid-19 num único dia. Imaginem-se os efeitos de um surto semelhante em África. Existem menos de 500 ventiladores na Nigéria, um país com 200 milhões de pessoas – perto de dois terços da população dos EUA, que tem 172.000 ventiladores. E desde que o vírus alastre num país, todos os países arriscam novas vagas de infecções.

Mas o perigo prolonga-se, além do próprio vírus. Em muitos países desenvolvidos, a grande maioria dos trabalhadores depende de salários diários modestos e não pode trabalhar remotamente. Portanto, as medidas de distanciamento social ameaçam a própria sobrevivência. Só graças a uma liderança forte e à tomada de decisões fundamentadas é que os governos africanos poderão proteger estes grupos vulneráveis.

Mais uma vez, alguns países estão a dar um exemplo positivo. O governo do Ruanda anunciou planos para entregar alimentos a mais de 20 mil famílias vulneráveis na capital, Kigali, e para prestar gratuitamente serviços essenciais, como água e electricidade. Mas, de modo geral, as protecções sociais estão

longe de ser adequadas para proteger os desfavorecidos de África durante os confinamentos.

Para um continente, cuja história recente incluiu muitos conflitos violentos, esta é uma receita para o desastre. A tensão económica gera frustração, especialmente com as autoridades, aumentando os riscos de instabilidade, de renovação das guerras civis e de golpes militares. Como avisou John Nkengasong, o director dos centros para o Controlo e Prevenção de Doenças em África, a pandemia poderá ser “em primeiro lugar, uma crise de segurança nacional, em segundo lugar, uma crise económica e, em terceiro lugar, uma crise sanitária”.

A comunidade internacional não está a fazer o suficiente para ajudar os países africanos a mitigarem a ameaça da covid-19. Em parte, isto é uma questão de insuficiência de recursos: durante uma pandemia, o financiamento proveniente de instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Banco Mundial têm de ser partilhados por muitos países e os governos concentram os seus recursos nas necessida-

Numa altura em que o director-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, alerta para uma “alarmante aceleração” da transmissão do vírus em África, as necessidades do continente estão claramente a crescer. Mas a contenção da covid-19 não é suficiente. Os países têm de fortalecer urgentemente os seus sistemas de saúde, para proteger-se contra surtos futuros.

des nacionais. Os recursos públicos são tão limitados, que muitos países dependem hoje de contribuições filantrópicas. Por exemplo, o bilionário chinês Jack Ma doou a África 1,1 milhões de ‘kits’ para testagem, seis milhões de máscaras cirúrgicas e 60 mil fatos protectores e viseiras de segurança (também doou um milhão de viseiras de segurança e 500 mil ‘kits’ para testagem aos EUA – algo que teria sido impensável há poucos meses). As empresas e os bilionários dos EUA também fizeram avultadas doações.

Mas não podemos depender da benevolência dos filantropos e das empresas para vencer esta batalha. Precisamos de uma resposta global unificada – nomeadamente, de coordenação em medidas como restrições a viagens e regras para quarentena – com uma liderança eficaz. E precisamos que os governos dos países ricos e as organizações multilaterais aumentem a assistência

aos países de baixos rendimentos, sem que isso aumente a sua dívida externa. Os recursos – dos equipamentos de protecção individual aos ‘kits’ para testagem e ventiladores – deveriam ser distribuídos de acordo com as necessidades. Numa altura em que o director-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, alerta para uma “alarmante aceleração” da transmissão do vírus em África, as necessidades do continente estão claramente a crescer.

Mas a contenção da covid-19 não é suficiente. Os países têm de fortalecer urgentemente os seus sistemas de saúde, para se protegerem contra surtos futuros. Isto exige investimentos não só em equipamento e infra-estruturas, mas também em recursos humanos, com destaque para profissionais clínicos que sejam treinados para pensar de forma holística.

Na Universidade da Igualdade Sanitária Global do Ruanda, desde o início que ensinamos os nossos estudantes a olharem além da realidade clínica imediata e a considerarem os factores relevantes do ponto de vista social, económico, histórico e político.

A crise da covid-19 demonstrou a rapidez com que uma nova doença pode envolver o mundo, causando sofrimento e morte generalizados. Em vez de esperarmos pela explosão do próximo surto, e de jogarmos à apanhada outra vez, todos os países deveriam trabalhar no sentido de aplicar as lições da presente pandemia para reforçarem a prontidão e a prevenção.

Embora a covid-19 não afecte todos da mesma maneira, confirma o axioma de que, no mundo interligado de hoje, os desafios globais exigem soluções globais. A única maneira de construir um mundo pós-covid mais seguro é garantir que África não é deixada para trás.

Fundador, fundador e vice-reitor de Assuntos Académicos e de pesquisa da Universidade de Saúde Global; professor de cirurgia da Faculdade de Medicina de Addis Abeba.

Covid-19



ANGOLA AGUARDA PELA OMS

Madagáscar mantém defesa do CovidOrganics

O presidente do Madagáscar, Andry Rajoelina, mantém a defesa do uso do CovidOrganics no tratamento da covid-19. Nesta segunda-feira, em entrevista aos órgãos franceses France 24 e Radio France International (RFI), questionou se haveria tantas interrogações à volta da solução se tivesse sido uma descoberta europeia.

“Se em vez de Madagáscar tivesse sido um país europeu que descobriu este remédio, haveria tantas dúvidas? Acho que não”, afirmou.

Apesar de a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmar que não foi feito nenhum estudo científico, vários países africanos já importaram a solução, uma mistura à base de artemísia, uma planta com efeitos terapêuticos reconhecidos contra a malária.

Angola está à espera da confirmação da OMS, segundo o ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança da Presidência da República, Pedro Sebastião. “Trabalhamos muito com o sistema das Nações Unidas, estamos a assistir à discussão que anda à volta deste ‘Covid-orgânico’.”

Segundo Pedro Sebastião, a seu tempo, o Ministério da Saúde vai pronunciar-se, por ser ainda um número de países “bastante reduzido” que aderiu. “

Devemos ter algumas cautelas, vamos devagar”, referiu o também coordenador da Comissão Multisectorial de Prevenção e Combate à Covid-19.

O ministro de Estado adiantou que, se “eventualmente se provar por A+B que é benéfico, Angola vai abraçar necessariamente o ponto de vista dos outros países”.

METADE DA POPULAÇÃO

Espanha alivia medidas de confinamento

Metade da população de Espanha beneficia de mais um alívio das medidas rígidas de luta contra a pandemia da covid-19, numa altura em que continua a baixar o número diário de mortes. A chamada “fase um” do plano de transição para a nova normalidade prevê, entre outras medidas, a abertura do pequeno comércio, das esplanadas, desde que tenham até um máximo de 50% da sua ocupação, e a possibilidade de até 10 pessoas se podem reunir.

No entanto, as duas regiões mais povoadas do país, Madrid e Barcelona, estão entre as zonas que se vão manter durante mais alguns dias na actual fase zero, em vigor desde há uma semana, quando foi autorizada a abertura parcial do pequeno comércio de rua, sempre por marcação prévia e acesso limitado.

As autoridades sanitárias de Espanha consideram que estas zonas, que são as mais atingidas pela covid-19, vão ter de esperar mais alguns dias para preparar os respectivos sistemas de saúde para a próxima etapa do desconfinamento.



VENDAS À EUROPA

Quiminha cancela exportação

O Projecto Agrícola Integrado e Regional da Quiminha cancelou o plano de exportação de banana e batata para a Europa, previsto para este ano, devido à pandemia da covid-19 e da ausência de certificação dos produtos.

Pedro Silveira, director adjunto da Quiminha, referiu que o projecto previa exportar, numa primeira fase, oito mil toneladas de batata e banana por ano, quantidade que sofrerá alteração de acordo com a procura e necessidades do mercado europeu.

Em entrevista à Angop, Silveira explicou que o arranque de exportação poderia começar este ano, tão logo o expediente burocrático estivesse alinhado, mas a realidade pandémica mundial do novo coronavírus obrigou a adiar e sem data prevista de reatamento do projecto.

Internamente, explicou o responsável, a empresa criou quase todas as condições necessárias para a materialização do projecto e, tão logo se verifique uma estabilidade da saúde pública, darão início às exportações da banana e da batata.

A ANGORASCOM, empresa que se prepara para iniciar operações no sector da telefonia móvel em Angola, doou duzentos milhões de Kwanzas ao Governo para o combate a pandemia da Covid-19

NOS PRÓXIMOS DIAS

Nova Zelândia vai reabrir cinemas e bares

A Nova Zelândia vai reabrir a maioria das actividades económicas de forma faseada nos próximos dias, incluindo bares e cinemas.

Segundo a primeira-ministra, Jacinda Ardern, os cinemas, restaurantes, cafés e ginásios reabrem a partir de 14 de Maio. O país vai baixar o nível das medidas impostas para lutar contra o novo coronavírus.

Os alunos vão voltar ao ensino presencial a partir de 18 de Maio, com a reabertura dos bares prevista para 21 deste mês.

O alívio das medidas de confinamento está, no entanto, sujeito à obrigação de manter as regras de distanciamento físico, com o limite de dez pessoas por mesa em restaurantes e bares.

A Nova Zelândia, que impôs medidas de confinamento consideradas como as mais estritas do mundo, conta actualmente com 1.147 casos de infecção pelo novo coronavírus e 21 mortos.



ESTADO DE EMERGÊNCIA

Transportes adverte operadoras aéreas

As operadoras de transporte aéreo e agências de viagens que realizarem voos comerciais de passageiros à margem do regime previsto de excepções às regras do estado de emergência serão multadas ou canceladas as suas licenças, advertiu o Ministério dos Transportes (Mintrans), em comunicado.

O aviso do Mintrans surge na sequência de informações que dão conta que entidades ligadas ao agenciamento e operação de voos internacionais estariam a promover viagens internacionais de passageiros, numa altura em que o país entrou contínua em estado de emergência.

O Ministério alerta que os pedidos de promoção de voos comerciais, completamente fora do regime previsto das excepções do estado de emergência, por não serem legalmente previstos, serão indeferidos.

Os voos de passageiros continuam suspensos, na sequência do estabelecimento da cerca sanitária nacional, exceptuando-se as entradas e saídas de bens e serviços essenciais, de ajuda humanitária e de doentes.

MEDIDAS DE ALÍVIO ECONÓMICO

Produtos nacionais com preço de referência

O ministro da Economia e Planeamento anunciou que a compra de bens de consumo nacionais aos produtores será por “preço mínimo de referência estipulado pelo Estado”, no âmbito das medidas de alívio económico devido à covid-19.

Sérgio Santos, que falava em videoconferência num encontro de concertação com os agentes distribuidores agro-alimentares sobre medidas de alívio económico, considerou que o produtor “não deve estar numa situação de indigência”. “O preço de compra vai ser estipulado pelo Governo para evitar que se coloque o cidadão ou a empresa que produz numa situação de perdas, o preço que vamos fixar vai chamar-se preço mínimo de referência, abaixo do qual ninguém vai fazer esse negócio com o dinheiro do Estado”.

O Governo anunciou, por outro lado, que a linha de crédito do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) de 17,6 mil milhões de kwanzas para o apoio às empresas, devido à pandemia provocada pelo novo coronavírus, já tem 1.964 candidaturas. A linha de crédito do BDA, com uma taxa de 9%, maturidade de dois anos e carência de capital de 180 dias, visa financiar a compra dos operadores do comércio e distribuição aos produtores nacionais de produtos como o milho, mandioca, trigo, arroz, açúcar, batata, entre outros.



CONCLUSÃO DA OMT

Turismo mundial paralisado

O turismo permanece “paralisado” pela covid-19, com restrições de viagens para turistas internacionais em 100% dos destinos no mundo, enquanto continua o debate sobre os primeiros passos que podem ser dados para as levantar.

Segundo um estudo divulgado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), dos 217 destinos em todo o mundo, 156 (72%) pararam completamente o turismo internacional.

Por região, 83% dos destinos na Europa fecharam completamente as fronteiras do turismo internacional, enquanto na América a percentagem é de 80%.

Na Ásia e no Pacífico é de 70%, no Médio Oriente de 62% e em África de 57%.

Em 25% dos destinos, as restrições estão em vigor há, pelo menos, três meses, enquanto em 40% começaram há, pelo menos, dois meses.

Segundo o secretário-geral da OMT, Zurab Pololikashvili, o turismo foi o sector “mais atingido por esta crise porque os países fecham fronteiras e as pessoas ficam em casa”.

VICE-PRESIDENTE DOS EUA

Mike Pence não está em quarentena

O vice-Presidente americano, Mike Pence, não se encontra em quarentena, assegurou em comunicado Devin O'Malley, um porta-voz do governante.

A informação surge depois de a imprensa norte-americana ter noticiado que Pence decidiu auto-isolar-se, depois de a sua porta-voz, Katie Miller, ter sido infectada com o novo coronavírus. “O vice-Presidente Pence testou negativo em todos os testes realizados diariamente”, lê-se na nota, reiterando que o governante segue todas as orientações da equipa médica da Casa Branca.

Três altos funcionários do grupo de crise que assessora a Casa Branca no combate à pandemia decidiram entrar em quarentena depois de terem entrado em contacto com um infectado.



Sobre

Ver tudo

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos



11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos

Ver tudo



Edição 207 Partilhas 44 Likes 138

“O lobby do comércio prejudica a avicultura nacional”

A vice-presidente da Associação Nacional de Avicultores de Angola, Maria José, defende que os produtores nacionais não estão em condições de concorrer com os produtores africanos de ovo e frango, enquanto o país não for auto-suficiente na produção de ração e revela que os produtores de ovo têm dificuldade em adquirir o pouco milho produzido em Angola porque os produtores preferem transformar em fuba para exportar.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Florinda Maria Ramos

É preciso que o executivo entenda que o milho, soja, arroz e feijão, são produtos estratégicos por várias razões que dispensa explicações, as famílias angolanas são um grande potencial para a produção destes produtos, para isso é preciso potencializa-las com meios de produção, incluindo saber, o muito que já sabem e mais algumas dicas de como melhorar o processo, teremos aqui um potencial imenso, o acesso ao crédito é uma chatice, muita burocracia e nada feito, uma instituição com conceito de fomento Agrário com sentido estratégico de vencer na produção, capaz de substituir estes bancos comerciais que só nos fazem perder tempo com projetos complicados, é urgente uma instituição bancária agrária.



Marinela Matos Flora

É verdade, o saco de ração custa 25000 Kwz, o cartão de ovos vende-se a 1800, mesmo que o mistures com farelo de milho, trigo ou pasto, não consegues ter produtividade que compense pois ninguém imporá o premix sem serem os grandes aviários e não há soja. Por isso não tem como manter a produção de forma sustentável. Os preços de vacinas, antibióticos e outros suplementos estão proibitivos.



Mário Fortuna

Não acredito. Importamos muita fuba de milho e por cá debatemo-nos com o escoamento! Se, os avicultores celebrassem contratos com os produtores, a pirâmide invertia. Não será o hábito de olharmos pro mar? Fomos bafejados por solos férteis e recursos hídricos invejáveis mas, da importação fizemo-nos reféns!



Labrada Da Silva Silva

Mário Fortuna Hoje, os camponeses preferem transformar o milho em fuba, porque ganham mais. Os grandes Fazendeiros transformam o milho em fuba e mandam para o Congo em clandestino, recebem em divisa.



Edgar Bengui

Ovo importado custava 25 kwanzas mas quando apareceram os avicultores nacionais, o ovo produzido localmente passou a custar 75 Kwanzas, o mesmo aconteceu com a galinha que custava 500 Kwanzas passou para 1000 na produção nacional (O normal seria ver a produção nacional ajudar na redução do custo de vida e no alcance destes produtos pela população no geral. Infelizmente, esse País não é normal). Grande parte das famílias pobres deixaram de ter o ovo como parte importante da refeição. Vários avicultores nacionais ficaram milionários com o protecionismo do estado. Além disso, é necessário lembrar que alteração do preço do ovo permitiu mudanças drásticas nos preços de produtos das panificadoras e pastelarias. É preciso uma análise profunda para entender se o problema é de Knowhow, de custos de produção, de custos Logísticos, de falta de incentivos fiscais, de falta de políticas de estado ou da ganância do próprio empresário nacional que a grande maioria são também governantes. É necessário que haja concorrência internacional para que os nossos fazendeiros possam se reinventar e o cliente seja valorizado. As vezes fica difícil entender o problema pois é notório que existe uma salada russa entre quem faz legislação e fiscalização com o próprio avicultor ou os ditos fazendeiros (não se está incluindo todos). Mesmo assim não deixo de parabenizar aqueles fazendeiros (minoria guerreira) que têm jogado limpo neste segmento de mercado. Termino com a seguinte pergunta: Será que existe mesmo diferença entre a pessoa (fazendeiro ou avicultor) e a pessoa (governante)?



Gustavo Silva

Esse é um dos dramas da Avicultura angolana. A solução é aumentar as áreas de cultivo investindo na agricultura familiar. Garantir que quem produz tenha acesso a meios que lhe permitam aumentar a sua lavra de milho. Em vez de milhões para poucos curiosos que querem começar a produzir milho com crédito bancário, vivendo na cidade, algumas dezenas para muitos que já cultivam, têm já experiência, vivem no campo e dão garantia de colheita todos os anos.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Marcas & Estilos



AUTOMÓVEL

Condução única

O Mercedes-Benz Classe GLC versão 350 e Exclusive 4-Matic dispõe de 211 cavalos, câmara de retaguarda e assistente de estacionamento. Os espelhos retrovisores internos e externos têm função de anti-fulguração automática, além da antena GPS e de telefone; e do sensor de chuva. A caixa de velocidades automática é do tipo 7G e o controlo da pressão dos pneus RDK. O dispositivo de engate tem estabilização do reboque ESP(R) e a iluminação de contorno é por meio de farol de alta performance.

TURISMO

Para o melhor pôr-do-sol

A ilha paradisíaca de Mykonos, na Grécia, é das mais procuradas no país. Kares e Fenícios foram os primeiros habitantes da ilha, mas os Jônios estabeleceram-se e dominaram a área por volta de 1.000 a.C. A melhor área para se hospedar em Mykonos é no centro, que é conhecido como Mykonos Town ou Chora, local com a melhor infra-estrutura de restaurantes, bares, tavernas típicas gregas e lojas. A região é linda e possui muitas opções, mas ficar perto dos principais pontos, como Moinhos de Vento e a Pequena Veneza. As praias Elia, Ornos, Paradise, Paraga e Ágios Sostis são uma boa opção para mergulho.



Combinação perfeita

Esta incrível pulseira e anéis de dupla cor representam a simetria perfeita de beleza e simplicidade. Seja autêntica e maximize o próprio estilo com este design especial. Uma excelente peça que combina com outras da colecção Orbit.



Sentindo o tempo

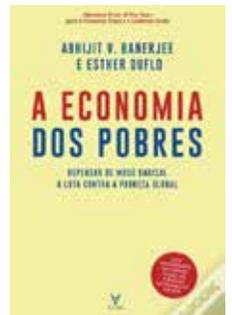
Como uma estrela no céu, o rosto macio, o tom de ouro e o estojo deste relógio da Bradley Lux elevam o brilho e destacam o acabamento sofisticado. Os marcadores permitem sentir a hora pelo toque.



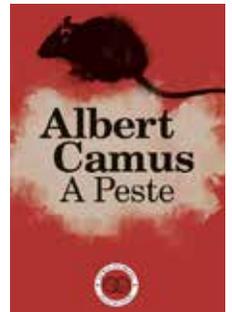
Para relaxar

As três linhas deste copo de vinho engraçado podem servir para indicar como está o seu dia, sem que seja necessário usar uma única palavra. Denominado 'Don't ask', esta peça dá-lhe muito espaço para relaxar depois daquele dia difícil no trabalho.

LIVROS



ABHIJIT V. BANERJEE e Esther Duflo, autores de 'A Economia dos Pobres'. Trabalharam para compreender os problemas específicos que surgem com a pobreza e encontrar soluções consistentes.



A PESTE é um romance magistralmente construído, que, publicado originalmente em 1947, consagrou em definitivo Albert Camus como um dos autores fundamentais da literatura moderna.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 27 DE MAIO

Artista santomense René Tavares expõe 'Migrações e Coisas; Retalhos de uma História Só', na galeria do Banco Económico. A mostra pode ser visitada de segunda a sexta das 12 às 19 horas e aos sábados das 10 às 13 horas.

DE 5 A 8 DE JUNHO

O Ministério do Ambiente, em parceria com a Eventos Arena, apresenta a 7.ª edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, na Baía de Luanda.

DE 16 A 17 DE JUNHO

2.ª Edição do Angola Oil & Gas, no Centro de Convenções de Talatona. O evento visa a promoção e a atracção de investimento estrangeiro directo para o país.

DE 19 A 21 DE JUNHO

Feira da Banana (Feiba), na fazenda Novagrotider, em Caxito, no Dande. Evento prevê reunir todos os intervenientes ligados à produção e ao comércio da banana.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Descoberto composto para anti-envelhecimento

PESQUISA. Composto foi testado em células da derme de pacientes idosos e espera-se que se possa avançar para os ensaios pré-clínicos para validação do composto como terapia.

Pesquisadores do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (i3S) da Universidade do Porto, Portugal, descobriram um composto que, ao corrigir a instabilidade do material genético, pode vir a ser usado como terapia anti-envelhecimento.

Numa nota, o i3S adianta que a pesquisa, publicada na revista científica EMBO Reports, provou existir uma “relação entre o envelhecimento e a instabilidade cromossómica (aumento da frequência de erros na trans-

missão de cromossomas durante a divisão celular)”.

“O grupo de investigação descobriu um composto capaz de corrigir a instabilidade do material genético, uma característica que está na base do envelhecimento celular”, explica o instituto da Universidade do Porto.

Além de identificar o mecanismo celular responsável pela instabilidade dos cromossomas, os investigadores apresentaram ainda “um fármaco capaz de corrigir esse mecanismo”, composto que representa a “primeira estratégia farmacológica de rejuvenescimento celular baseada no aumento da estabilidade cromossómica”.

MEMORIZE

- Estes ensaios destinam-se a caracterizar e otimizar as propriedades farmacocinéticas do composto (absorção, distribuição, metabolismo e excreção) *in vitro* e *in vivo* (modelo animal), validando o seu potencial e segurança para futuros ensaios clínicos.

O comunicado esclarece que o composto foi testado em células da derme de pacientes idosos, sendo que a equipa espera agora poder avançar para os ensaios pré-clínicos para validação do



O composto foi testado em células da derme de pacientes idosos.

composto como terapia anti-envelhecimento.

“Estes ensaios destinam-se a caracterizar e otimizar as propriedades farmacocinéticas do composto (absorção, distribuição, metabolismo e excreção) *in vitro* e *in vivo* (modelo animal), validando o seu potencial e segu-

rança para futuros ensaios clínicos”, acrescenta.

Segundo o i3S, a equipa de investigadores avançou já com o registo de patente de utilidade do composto. “Portugal é um dos países mais envelhecidos do mundo, o que torna a investigação nesta área uma prioridade”, conclui o instituto.

DEVIDO À COVID-19

Google e Facebook em teletrabalho até 2021

Grande parte dos funcionários das plataformas digitais multinacionais Google e Facebook vai continuar em teletrabalho até final do ano, ainda que os escritórios possam abrir no verão, em função da evolução da covid-19.

Sundar Pichai, presidente do conselho de administração da Google e da Alphabet, comunicou a decisão numa assembleia-geral realizada na passada semana. As pessoas que poderão regressar aos edifícios a partir de Junho ou Julho serão a exceção.

A Alphabet, que emprega mais de 100 mil assalariados em todo o mundo, já tinha comunicado em final de Abril que o teletrabalho continuaria até 1 de Junho, pelo menos, e que o regresso seria “esca-

lonado” e “progressivo”.

O mesmo se vai passar com o Facebook, que tenciona reabrir os diferentes escritórios a partir de 6 de Julho, mas os funcionários que o queiram poderão continuar em teletrabalho até 2021.

O Facebook, que emprega 45 mil pessoas, sem contar com os milhares de trabalhadores subcontratados, prevê recrutar mais dez mil para acelerar o desenvolvimento da oferta de produtos e serviços, nomeadamente adaptada ao distanciamento social.

O presidente do conselho de administração do Facebook, Mark Zuckerberg, comunicou no mês passado que o grupo não realizará ajuntamentos com mais de 50 pessoas antes de Julho de 2021.



NÚMEROS DA SEMANA

1.964

É o número de candidaturas de operadores económicos à linha de crédito do Banco de Desenvolvimento de Angola.

40

Toneladas é a produção de produtos diversos que o projecto da Quiminha pretende alcançar este ano, segundo o seu director-adjunto, Pedro Silveira.

40

Mil milhões de Kwanzas foi o reforço que o Governo fez ao Fundo de Garantia de Crédito.

22%

Foi a queda das exportações de Portugal para Angola no primeiro trimestre, segundo o Instituto de Estatística Português.

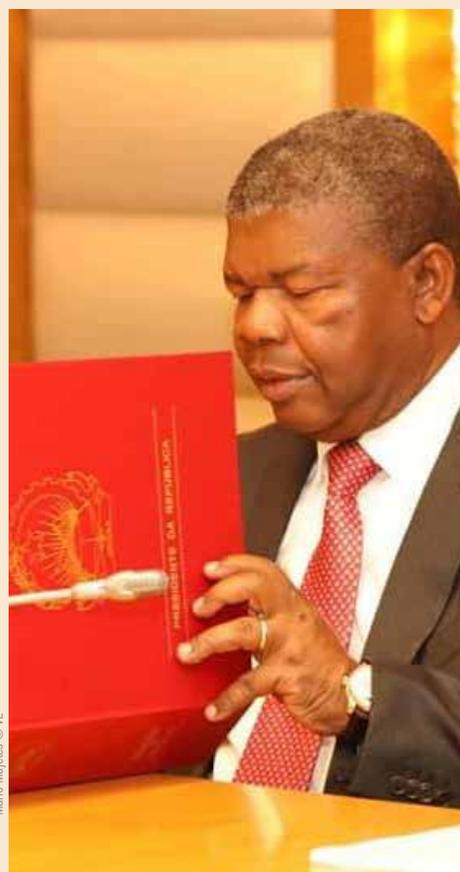
ESTUDO DA INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP

Orçamento angolano continua com transparência insuficiente

A pesar de ter melhorado 11 pontos, o orçamento angolano continua distante da transparência, de acordo com a International Budget Partnership (IBP) 2019, que classifica Angola com 36 de 100 pontos possíveis. A pontuação está abaixo da média global, que é de 45, perdendo para países como a Namíbia (51), Moçambique (42) e Botswana (38), mas superando São Tomé (24).

Segundo o documento, a parte referente à transparência do relatório “mede o acesso do público à informação sobre como o governo central arrecada e gasta os recursos públicos”, assim como “avalia a disponibilidade por via electrónica, a pontualidade e a abrangência de oito documentos orçamentais importantes, usando 109 indicadores de peso igual para pontuar cada país numa escala de 0 a 100”. Uma pontuação de 61 ou mais indica um país que provavelmente publica material suficiente para sustentar um debate público bem informado sobre o orçamento. A IBP refere que Angola aumentou a disponibilidade de informação orçamentária, comparativamente a 2017 em que obteve uma pontuação de 25, melhoria explicada pelo facto de o país “publicar relatórios durante o ano por via electrónica” e ainda “relatório de fim de ano por via electrónica em tempo hábil”. No que diz respeito à transparência, Angola ocupa a 80.ª posição num total de 177 países avaliados.

PIOR NA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
Por considerar que “a transparência sozinha não basta para melhorar a governança”, o relatório avalia também a “participação inclusiva do público, ou seja “as oportunidades formais franqueadas ao público para uma participação significativa nas diferentes etapas do processo orçamental”. Neste item, a pontuação de



Angola foi de nove entre 100 possíveis. Para esta classificação, são avaliados quatro momentos diferentes. O da formulação do orçamento pelo executivo, cuja pontuação foi de 7/100, seguindo-se o momento da aprovação pela Assembleia que recebeu 44/100 pontos possíveis. As duas fases seguintes não receberam qualquer pontuação e trata-se da fase da execução do orçamento e da auditoria.

Segundo a instituição, o Ministério das Finanças estabeleceu consultas públicas durante a formulação do orçamento mas, para fortalecer “a participação pública no processo orçamental, também deveria, entre outras acções, “testar mecanismos para o público monitorar a execução do orçamento”.

E ainda “ampliar os mecanismos durante a formulação do orçamento para qualquer organização da sociedade civil ou membro do público que quiser participar poder fazê-lo”. Deveria ainda “promover activamente a participação de comunidades vulneráveis e sub-representadas, directamente ou através de organizações da sociedade civil que as representam”. Para a elaboração do relatório, a instituição “avaliou apenas documentos publicados e eventos, actividades ou novidades ocorridos até 31 de Dezembro de 2018”. E o “inquérito baseia-se num questionário preenchido em cada país por um especialista independente em assuntos de orçamento”.

Fernando Francisco

Diamante de 171 quilates é descoberto na mina de Lulo

O diamante de 171 quilates foi encontrado esta segunda-feira, 11, no bloco 6 da mina de Lulo, explorada pela Sociedade Mineira com o mesmo nome. É o segundo a pesar mais de 100 quilates encontrado no corrente ano e, até ao momento, o quarto maior desde

o início das operações da sociedade. A pedra branca de qualidade de gema torna-se na 15.ª de mais de 100 quilates encontrada na referida mina localizada na Lunda-Norte, onde também foi encontrado, em 2016, o maior diamante de Angola, com cerca

de 404,2 quilates.

Face aos resultados obtidos na exploração dos blocos 6 e 8 da mina, a direcção da Sociedade Mineira do Lulo, detida pela Endiama, a empresa australiana Lucapa Diamond e pela Rosas e Pétalas, concentrará as

operações nos referidos blocos e intensificará a prospecção na parte sul da concessão. Segundo Domingos Machado, presidente do conselho de gerência da sociedade, nos dois blocos, “há maior propensão para o aparecimento deste tipo de pedras”.

